

EXTRA 25 Anos
CLASSE-ORG-BR
ANO 26 | Nº 253 | MAIO DE 2021

ENTREVISTA

Para Katia Stocco Smole, educação também precisa ser prioridade para o MEC

ESPECIAL

Moro e integrantes da força-tarefa da Lava Jato podem responder por vários crimes, inclusive de *lesa-pátria*

Foto: d'rianni Sperotto



Infância dilacerada

A violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil é uma realidade permanente. Apesar dos avanços no enfrentamento do problema e no apoio às vítimas, ainda há um longo caminho

04 ENTREVISTA

Para Katia Stocco Smole, a educação deveria ser prioridade do MEC

07 WEISSHEIMER

Os governos Bolsonaro, Leite e Melo contrariam orientações do FMI

08 JUSTIÇA

Os paladinos da Lava Jato foram de heróis a vilões em poucos anos

11 DIREITOS HUMANOS

Violência sexual contra crianças adolescentes mantém números preocupantes

14 ECONOMIA

Medidas insuficientes dos governos, os mais pobres são os que pagam mais caro pela pandemia

18 ENSINO PRIVADO

Negociações salariais dos professores da rede privada esbarram na intransigência patronal

22 ROLIM

A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder

23 ARTE +

Os 30 anos de carreira de Cláudia Sperb em exposição na Ecarta

30 VERISSIMO

Para o Brasil ser um circo, só faltam os palhaços. Somos nós

EDITORIAL

Em maio, no *Extra Classe*

Chegamos ao mês de maio. Mais uma vez, a versão “imprensa” e mensal do *Extra Classe*, em virtude da otimização dos recursos e também da pandemia, será publicada apenas nos formatos Flip, PDF e on-line no www.extraclasse.org.br.

Na entrevista do mês, Katia Stocco Smole – doutora na área de ensino de Ciências e Matemática e mestre em Didática pela Universidade de São Paulo (USP) e ativista das causas educacionais – aborda os prejuízos acarretados para os estudantes devido à ausência presencial nas salas de aula. Ela também faz duras críticas às políticas e aos políticos que consideram a educação prioritária quando é argumento para o retorno presencial das aulas (ela é favorável), mas que não priorizam a educação com políticas que a viabilizem em todas as esferas. “O MEC deveria ver a educação como prioridade”, diz. Segundo ela, a única forma para recuperar os prejuízos educacionais da pandemia no Brasil seria o MEC, os estados e os municípios agirem de forma articulada e planejada. O que está muito longe de ocorrer.

Além disso, trazemos uma reportagem que analisa as consequências criminais para os integrantes da operação Lava Jato e ao ex-juiz Sergio Moro. A confirmação da parcialidade do ex-juiz federal Sérgio Moro por ampla maioria no pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) aquece o debate que começa a surgir na comunidade jurídica. Após ver sua então jurisdição, a 13ª Vara Federal de Curitiba, ser decretada incompetente para julgar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o carimbo de suspeito naquele que deixou a magistratura para assumir o Ministério da Justiça e Segurança do governo Bolsonaro traz um forte questionamento: o que fazer agora com os que colaboraram para tirar um franco favorito nas eleições presidenciais de 2018 do páreo, à margem do Estado Democrático de Direito brasileiro?

ABUSO – Em março de 2021, o Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos (MM-FDH) publicou em sua página na internet que, em 2020, as denúncias feitas por meio do Disque 100 e Ligue 180, canais oficiais do governo federal, receberam 350 mil denúncias de violações de direitos humanos, sendo 95 mil contra crianças e adolescentes. A informação não discriminou a violência sexual. Porém, em maio do ano passado, a ministra Damara Alves disse que foram 86,8 mil casos em 2019, com aumento de 14% em relação a 2018, citando nesse caso que a violência sexual contra crianças e adolescentes chegou a 17 mil denúncias em 2019. Uma realidade crescente e que tem números assustadores.

FOME NA PANDEMIA – Revisitamos, um ano depois, a realidade das classes mais pobres contra a pandemia. O Brasil da covid-19 e do governo Bolsonaro parece dizer: tem gente com fome, como no poema de Solano Trindade, citado na matéria. Um levantamento coordenado pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça, da Universidade Livre de Berlim (Alemanha), em parceria com pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de Brasília (UnB), mostrou que 55 em cada 100 domicílios visitados registravam algum tipo de insegurança alimentar durante a crise sanitária. Em números absolutos: 116,8 milhões de brasileiros viviam algum tipo de receio, desde preocupações leves até de grave impacto, com o pão nosso de cada dia em novembro do ano passado. A situação no RS e em Porto Alegre traz um quadro além de preocupante.

Boa leitura!



EXTRA
CLASSE-ORG-BR

REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Cristina Ávila, Flávio Ilha, Lelei Teixeira e Marcelo Menna Barreto

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

extraclasse@sinprors.org.br

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

extraclasse.org.br [fb.com/jornalextraclass](https://www.facebook.com/jornalextraclass) [instagram.com/jornalextraclass](https://www.instagram.com/jornalextraclass)

Crédito mais caro



Foto: Marcello Casal Jr./ABR

Com a Selic a 3,75%, o crédito ficará mais caro. Para a taxa controlar a inflação, os juros maiores obrigatoriamente encarecem o crédito e desestimulam a produção e o consumo, o que dificulta ainda mais a recuperação da economia, que já está em franca recessão. No último Relatório de Inflação, o Banco Central projetava crescimento de 3,6% para a economia em 2021, decorrente da segunda onda da pandemia de covid-19.

O mercado projeta crescimento menor. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 3,14% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos pelo país) neste ano.

Decisão favorece rentistas

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Com o crédito caro, a Selic alta é boa para investidores e péssima para devedores.

Em outras palavras, sob a desculpa de conter a inflação, o Banco Central, cuja independência é suspeita, remunera quem tem títulos da dívida pública. Mais uma medida que retira da população para dar vantagens aos bancos e ao mercado financeiro.

Selic alta puxa freio da economia para tentar segurar a inflação

Alegando como motivo o aumento da inflação de alimentos, combustíveis e energia, o Banco Central (BC) subiu os juros básicos da economia em 0,75 ponto percentual pela segunda vez consecutiva. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic de 2,75% para 3,5% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros. Com a decisão, o Brasil volta a registrar uma das maiores taxas de juros reais, descontada a inflação, do mundo.

Com a decisão do último dia 5 de maio, a Selic continua em um ciclo de alta, depois de passar seis anos sem ser elevada. De julho de 2015 a outubro de 2016, a taxa permaneceu em 14,25% ao ano. Depois disso, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano, em março de 2018.

Em julho de 2019, a Selic voltou a ser reduzida até alcançar 2% ao ano em agosto de 2020, influenciada pela contração econômica gerada pela pandemia de covid-19. Esse era o menor nível da série histórica iniciada em 1986.

INFLAÇÃO - A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a infla-

ção oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em março, o indicador fechou no maior nível para o mês desde 2015 e acumula 6,1% no acumulado de 12 meses, pressionado pelo dólar e pela alta dos combustíveis e do gás de cozinha.

O valor está acima do teto da meta de inflação. Para 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) havia fixado meta de inflação de 3,75%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não podia superar 5,25% neste ano nem ficar abaixo de 2,25%.

No Relatório de Inflação divulga-

do no fim de março pelo Banco Central, a autoridade monetária estimava que, em 2021, o IPCA fecharia o ano em 5% no cenário-base. Esse cenário considera um eventual estouro do teto da meta de inflação no primeiro semestre, seguido de queda dos índices no segundo semestre.

A projeção está em linha com as previsões do mercado. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 5,04%. A projeção oficial só será atualizada no próximo Relatório de Inflação, no fim de junho.



Foto: Marcello Casal Jr./ABR

Em março, o IPCA fechou no maior nível para o mês desde 2015 e acumula 6,1% no somatório de 12 meses, pressionado pelo dólar e pela alta dos combustíveis e do gás de cozinha



SANTIAGO

Educação precisa ser vista como essencial também pelo MEC



Foto: Catarina Chaves/MEC



Foto: Acervo Pessoal/Divulgação

por Marcelo Menna Barreto

Katia Stocco Smole é doutora na área de ensino de Ciências e Matemática e mestre em Didática pela Universidade de São Paulo (USP). Ativista das causas educacionais, ela preside a Câmara de Educação Básica no Conselho Estadual de Educação de São Paulo, integrou o Conselho Nacional de Educação e chegou a ser Secretária de Educação Básica no Ministério da Educação em 2018.

Diretora do Instituto Reúna, que busca o desenvolvimento de conhecimento técnico-pedagógico para o ensino e a aprendizagem e uma contribuição para tornar o sistema educacional mais coerente, ela discorre nesta entrevista para o *Extra Classe* sobre os prejuízos acarretados para os estudantes devido à ausência presencial nas salas de aula.

Sua fala não se restringe às séries iniciais, já que participou dos Programas Ensino Médio Inovador e Solução Educacional para o Ensino Médio do Instituto Ayrton Senna.

Para a educadora, não basta que a educação seja vista como atividade essencial durante a pandemia, mas também como prioridade para os governos e, principalmente, para o Ministério da Educação (MEC). Katia vê falta de foco no MEC para a continuidade de políticas educacionais importantes e resolução de problemas, como a questão do retorno às aulas no Brasil, que diz ter “a triste marca de ser atualmente um dos países que há mais tempo não tem aulas na escola, nem no modelo semipresencial, ou híbrido”.

De fato, segundo a educadora, “nada anda” no que chama agenda ideológica da pasta. “Está brigando por coisas sem nenhuma importância, como a educação domiciliar, por exemplo.”

Pragmática, Katia não foge à polêmica sobre a volta às aulas em plena pandemia. Ela contraria, inclusive posições consideradas mais corporativas. “Estou feliz que finalmente ela (a vacina) esteja chegando aos educadores em pelo menos alguns estados. Mas não vai dar para vacinar todo mundo e só depois voltar para a escola. Hoje há inúmeros protocolos de segurança sanitária que permitem a volta”, polemiza.

Extra Classe – Completado quase um ano e meio de pandemia, somam-se três semestres letivos com fortes limitações tanto no acesso à educação, quanto na qualidade das aulas, quando ocorrem. Quais são os maiores prejuízos para os estudantes, em termos de conteúdo e sociabilidade?

Katia Smole – Estar sem escola presencial, ainda que seja em modelo híbrido, é uma perda em si. Estudantes em etapas diferentes têm perdas de aprendizagem. Por exemplo, já é sabido que na educação infantil as crianças perdem por não conviver com adultos diferentes da sua família, por não brincar com outras crianças, por não ampliarem os espaços de desenvolvimento. Há estudos mostrando a perda no desenvolvimento de linguagem oral, de autonomia, de convivência com os diferentes, e, claro, na ampliação de conhecimentos, que cabe à escola fazer.

EC – Como se percebem essas perdas na fase inicial?

Katia – Nos anos iniciais, especialmente entre sete e onze anos, pesquisas diversas no Brasil e no cenário internacional indicam que há perdas sensíveis nas aprendizagens em língua materna e Matemática, mesmo em situações em que há acesso adequado à tecnologia, como na Holanda, por exemplo. Os dados indicam que em Matemática as perdas são mais importantes do que em língua e que entre os estudantes de nível socioeconômico mais baixo, é possível não apenas que a aprendizagem não ocorra, como especialmente pode haver retrocesso de até três anos no cenário criado pela pandemia.

EC – E entre jovens e adolescentes?

Katia – Entre os adolescentes e jovens, os riscos estão centrados na socialização, no aumento de casos de depressão e, muito especialmente, na evasão escolar. O maior problema é que eles saem e não voltam. O país, que já tem problemas sérios com educação, deve ver isso se aprofundar muito mesmo. Para se ter uma ideia, foi feita uma avaliação das aprendizagens dos estudantes das escolas públicas estaduais que mos-

trou perdas imensas. Os alunos de quinto ano apresentaram níveis abaixo de terceiros anos em muitos casos. Considerando que esta rede investiu pesadamente em tecnologia e acesso, e manteve muitas atividades de busca ativa, de levar atividades para os estudantes de muitas formas, temos uma ideia do impacto que acontecerá em lugares nos quais ações desse tipo não aconteceram.

EC – Existe maneira de recuperar essas perdas?

Katia – Vamos precisar de uma força-tarefa para apoiar ações de redução de defasagem escolar e garantir aprendizagens essenciais. Priorização curricular, como a que propusemos nos Mapas de Foco desenvolvidos pelo Instituto Reúna, em parceria com o Itaú Social; apoio aos professores; uso de estratégias de ensino híbrido para ampliar tempo de acesso a atividades de apoio à aprendizagem; planejamento de ações para terceiros anos usando a ideia de *continuum* curricular e estratégias de buscar os alunos para que não desistam são algumas das possibilidades para interferir e evitar um desastre absoluto.

EC – Questão bem séria, não?

Katia – É preciso lembrar que podemos comprometer a aprendizagem e o desenvolvimento de uma geração inteira de cidadãos brasileiros e, como consequência, aprofundar o fosso de desigualdade que este país tem. Nenhum de nós, esteja onde estiver, pode dormir com a ideia de que não se comprometeu em evitar esse cenário desastroso. As grandes ações precisam ser coordenadas pelo Ministério da Educação em regime de colaboração com estados e municípios. Mas todos devemos apoiar de alguma forma, nem que seja orientando alguém próximo a não deixar que o filho saia da escola. É preciso que permaneçam para que possamos fazer com que aprendam.

EC – De que forma planejar um retorno e políticas que compensem os prejuízos no pós-covid?

Katia – Com foco no que importa: aprendizagem e apoio às escolas e aos professores. Não há milagre. É preciso uma visão sistê-



Foto: Cesar Lopes/PMPA

“Não há milagre. É preciso uma visão sistêmica articulada entre as diferentes esferas de atuação e responsabilidade política. É um projeto que precisa ser articulado na micropolítica e que deve envolver Ministério da Educação (MEC), governos estaduais e municipais, as equipes gestoras das secretarias, das escolas e os professores”

mica articulada entre as diferentes esferas de atuação e responsabilidade política. É um projeto que precisa ser articulado na micropolítica e que deve envolver Ministério da Educação (MEC), governos estaduais e municipais, as equipes gestoras das secretarias, das escolas e os professores. Além disso, é muito importante organizar políticas integradas das áreas da saúde e da educação. Assim, ainda que seja o planejamento de uma escola, é preciso considerar as questões pedagógicas, alinhadas a um plano maior, que envolve de acolhimento socioemocional das pessoas, segurança sanitária, atendimento à comunidade educativa, replanejamento do que será ensinado, como, para quem e onde será ensinado.

EC – Tipo?

Katia – Um ponto muito relevante é que a educação deve ser feita com base em evidências e, agora, além de dados de avaliação da aprendizagem, é preciso basear o planejamento de ações relativas à educação nas pesquisas que tratam de informações da covid-19 para os estudantes, seja no que diz respeito a contágio, vacinas ou aprendizagem e desenvolvimento.

EC – Estamos em um período marcado por uma forte discussão na sociedade. O retorno às aulas presenciais, que virou

uma certa queda-de-braço entre profissionais de educação e pais preocupados em não se infectar e uma parcela das escolas, pais e governos querendo o retorno, mesmo em situação de alto contágio e poucas UTIs, como ocorre no Rio Grande do Sul e em outros estados. Como você vê isso?

Katia – Olha, eu sou favorável às aulas presenciais. Todas as pesquisas no mundo mostram que o contágio é bem menor na escola que em outros lugares. Se os profissionais da saúde não quisessem se arriscar, o que seria de nós? Por que um caixa de supermercado pode se arriscar trabalhando e os profissionais de educação que são tão ou mais essenciais que os da saúde não? Claro que aumentou o contágio e se passamos a sair, pode aumentar mais. Ocorre que estamos todos à mercê de que a educação não é prioridade, de fato, neste país, no meio de uma guerra de desinformação e que cria muita insegurança na sociedade, em especial, nas famílias. O Brasil tem a triste marca de ser atualmente um dos países que há mais tempo não tem aulas na escola, nem no modelo semipresencial, ou híbrido, como temos chamado. Não é possível mais conviver com isso. A vacina é importante, estou feliz que finalmente ela esteja chegando aos educadores em pelo menos alguns estados, mas não vai dar para vacinar todo

ENTREVISTA

mundo e só depois voltar para a escola. Hoje, há inúmeros protocolos de segurança sanitária que permitem a volta. Alguns que me leem agora podem dizer: 'Olha, mas e as escolas sem isso, sem aquilo'. Bem, elas devem ter o apoio necessário, mas também ser a exceção e não a regra. Eu estou bem feliz de a educação ter sido colocada como atividade essencial. Ela sempre foi, mas, mais do que nunca, precisa socialmente se assumir assim. Escola não é dispensável.

EC – Como você entende que seria a forma de retorno mais adequada, se considerarmos que morreu mais gente nos primeiros meses de 2021 do que em todo o ano passado, quando as escolas estavam fechadas?

Katia – Não tenho uma resposta para isso. Não há bala de prata. Como eu disse antes, deve ser uma combinação de empenho, planejamento, vontade política e ciência. Uma coisa é certa: a explosão de contágio se deu por falta de vacina, falta de política nacional coordenada de apoio à prevenção de contágio e, sim, também por irresponsabilidade das pessoas que se aglomeraram em muitos lugares. Aliás, boa parte do contágio na reabertura das escolas pode ter vindo de fora para dentro da escola, desse período de descaso com protocolos de uso de máscara, distanciamento social. Abriram bares e restaurantes e todo mundo correu para lá. E a escola é que deve ser responsabilizada? Não!

EC – Poderia nos citar algum exemplo internacional desse retorno?

Katia – Na Inglaterra. No início do ano, o contágio também foi enorme, a escola fechou por três semanas, mas houve o compromisso público assumido pelo primeiro-ministro Boris Johnson de que ela abriria antes do comércio e dos bares. E isso, de fato, aconteceu, antes da vacina, e sem picos de contaminação.

EC – Em geral, qual é o resultado?

Katia – Bem, as pesquisas mostram que, nos países com os melhores resultados de aprendizagem escolar, as escolas nunca fecharam ou fecharam por pouco tempo. Nesses locais, é impensável não ter escola. Há saídas, mas é preciso foco e valorização da educação por todos.

EC – De que forma, em seu entendimento, o Ministério da Educação poderia contribuir para, digamos, compensar esses prejuízos que tivemos até agora? Falta planejamento? Falta norte político e pedagógico?

Katia – Basta que faça seu trabalho, isto é, coordene as políticas educacionais que deve coordenar, em parceria com estados e municípios. Ocorre que nos perdemos na agenda. A única agenda que importa é a da aprendizagem. O ministério, atualmente, tem uma agenda ideológica, está brigando por coisas sem nenhuma importância, como a educação domiciliar, por exemplo. Sem foco, sem

Foto: Acervo Pessoal/Divulgação



“A única agenda que importa é a da aprendizagem. O ministério, atualmente, tem uma agenda ideológica, está brigando por coisas sem nenhuma importância, como a educação domiciliar, por exemplo. Sem foco, sem continuidade de políticas importantes, sem equipe educacional focada em resolver problemas, mais do que criá-los, nada anda”

continuidade de políticas importantes, sem equipe educacional focada em resolver problemas, mais do que criá-los, nada anda.

EC – O que existe de planejamento nesse sentido? E, se não existe, como deveria ser feito?

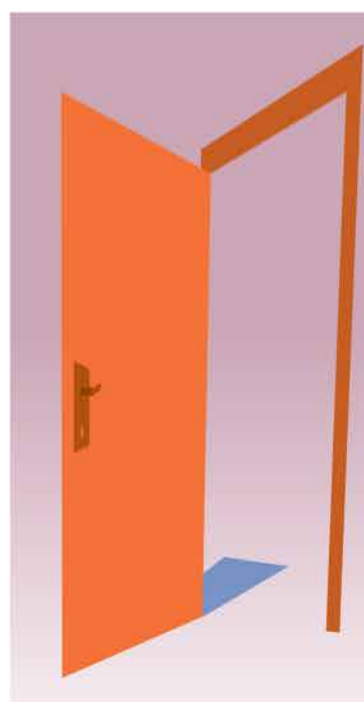
Katia – Se existe, não é claro, não é público e nem percebido. Eu creio que já falei bastante do papel de coordenação da política nacional, com escuta aos estados e municípios, que o Ministério da Educação deve ter e fazer.

EC – Qual é, no seu entendi-

mento, o maior gargalo imposto pela pandemia? Agravou deficiências já conhecidas da educação brasileira?

Katia – Não há um só gargalo. Mas, sem dúvida, a desigualdade de acesso à tecnologia foi um fator muito relevante. Isso aliado ao tempo de distanciamento da escola e à falta de coordenação nacional para evitar o desastre educacional me faz pensar que muitos dos avanços conseguidos nos últimos 20 anos estão seriamente comprometidos.

**Com a colaboração de César Fraga.*



Acolhimento, sigilo e atitude. Assim a gente lida com a violência contra os professores.

O NAP é uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogo, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.





MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

O receituário pós-pandemia do FMI: mais Estado, mais serviços públicos

Porto Alegre e o Rio Grande do Sul estão submetidos, hoje, a um alinhamento de um pensamento econômico ultraliberal, que segue repetindo fórmulas que vêm sendo abandonadas no mundo inteiro



Foto: Isac Nóbrega/PR



Foto: Felipe Dalla Valle/Palácio Piratini



Foto: Mateus Raugust/PMPA

Os governos de Jair Bolsonaro, Eduardo Leite e Sebastião Melo vão na contramão do que recomenda o FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI), em publicações recentes como o Monitor Fiscal e o Panorama da Economia Global (de abril de 2021), analisa o agravamento do problema estrutural da desigualdade distributiva no mundo com a pandemia do novo coronavírus. Para enfrentar esse cenário de agravamento da pobreza, da desigualdade social e da concentração de renda, o FMI defendeu uma maior atuação do Estado com políticas e investimentos públicos para estimular a economia, ampliar e qualificar as redes públicas de educação, saúde e proteção social para famílias mais vulneráveis. Além disso, propõe medidas tributárias que incluem uma maior taxação dos mais ricos, medida esta já anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, no final de abril.

Para o infortúnio da população do Rio Grande do Sul e, em particular, de sua capital, Porto Alegre, o pensamento econômico dos governos Jair Bolsonaro, Eduardo Leite e Sebastião Melo vai na contramão do que recomenda o FMI. Estamos falando do FMI, não do Foro de São Paulo nem qualquer

outra instância que habita os delírios conspiracionistas bolsonaristas. Porto Alegre e o Rio Grande do Sul estão submetidos, hoje, a um alinhamento de um pensamento econômico ultraliberal, que segue repetindo fórmulas que vêm sendo abandonadas no mundo inteiro. Ao invés de fortalecer e qualificar a capacidade estatal de intervenção para combater os efeitos da pandemia, vem sucateando o patrimônio público e desprezando, material e simbolicamente, o trabalho dos servidores públicos.

Além das privatizações em cascata que vêm sendo propostas na capital e no estado, o serviço público segue sendo enfraquecido, agravando um problema que já vinha se acentuando nos últimos anos. Segundo levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a pedido do Sindicato dos Servidores de Nível Superior do RS (Sintergs), o número de servidores do Poder Executivo do Rio Grande do Sul caiu 19,7% nos últimos seis anos, reduzindo de 153.040 trabalhadores ativos em 2015 para 122.852 em 2021. Em contrapartida, a população do estado, que era de 11,175 milhões

de habitantes em 2015, aumentou para 11,442 milhões em 2020.

O que esses números representam? São 247 mil pessoas a mais para serem atendidas com 30.188 servidores a menos, resume didaticamente o presidente do Sintergs, Antônio Augusto Medeiros. Esse cenário, além de comprometer a prestação de serviços públicos de qualidade para a população, impõe uma sobrecarga de trabalho e condições de trabalho cada vez mais precarizadas aos servidores da ativa, acrescenta Medeiros. Isso se agrava ainda mais com a falta de concurso público para reposição de pessoal. Muitos servidores se aposentaram e outros simplesmente desistiram da carreira do estado.

Entre os servidores da saúde, assinala ainda o levantamento do Dieese, a redução é muito mais expressiva. Em 2015, o RS tinha 4.547 servidores na ativa. Em 2021, esse número caiu para 3.219. Ou seja, em números absolutos, são 1.328 servidores a menos, o que significa uma queda de 29,2%. Para Anelise Manganelli, economista do Dieese, essa precarização crescente das condições de trabalho para os servidores que permanecem na ativa poderá in-

viabilizar a entrega do serviço público para a população.

Ao contrário do que os porta-vozes da atrasada propaganda ultraliberal afirmam, o número de servidores públicos no Brasil não é excessivo. Segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), publicados em outubro de 2020, somente 12,5% dos trabalhadores brasileiros estão no setor público. O Brasil tem menos funcionários públicos que a Suécia (28,8%), França (21,9%), Canadá (19,4%), Espanha (15,3%), Itália (13,4%) e Estados Unidos (15,2%), apenas para listar alguns países apontados como modelos de desenvolvimento a ser seguido. Aqui na América Latina, somente para citar dois exemplos, Argentina e Uruguai têm 17,2% e 15% de seus trabalhadores no serviço público, respectivamente.

Enquanto isso, somos governados por um pensamento econômico e social atrasado, que sequer está de acordo com as propostas que vêm sendo levantadas por órgãos como o Fundo Monetário Internacional. O Rio Grande do Sul parece estar em uma encruzilhada e, a julgar pelos conselhos do FMI, tomando o caminho errado.



Foto: MPF/ Curitiba/ Divulgação

Lava Jato: de paladinos a proscritos

por Marcelo Menna Barreto

A confirmação da parcialidade do ex-juiz federal Sérgio Moro por ampla maioria no pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) aquece o debate que começa a surgir na comunidade jurídica. Após ver sua então jurisdição, a 13ª Vara Federal de Curitiba, ser decretada incompetente para julgar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o carimbo de suspeito naquele que deixou a magistratura para assumir o Ministério da Justiça e Segurança do governo Bolsonaro traz um forte questionamento: o que fazer agora com os que colaboraram para tirar um franco favorito nas eleições presidenciais de 2018 do páreo, à margem do Estado Democrático de Direito brasileiro?

Por trás dessa pergunta, ainda indaga-se: o país estaria na atual situação – com a economia praticamente destruída e contabilizando mais de 422 mil mortos pela pandemia – caso não

houvesse a intervenção da chamada República de Curitiba?

O grupo de procuradores da República, sob comando de Deltan Dallagnol, além de integrantes da Receita Federal e da Polícia Fede-

ral (PF), tornou-se público a partir de diálogos obtidos pelo hacker de Araraquara (SP) Walter Delgatti, tendo articulado uma verdadeira caçada ao ex-presidente ao lado do então juiz Sergio Moro.

É nesse sentido que as conjecturas jurídicas sobre a suspeição de Moro, somadas ao material colhido por Delgatti que, agora, integram o acervo da Operação *Spoofting*, ultrapassam o drama pessoal de Lula.

A toga como disfarce

No mundo jurídico, há os que apontam que a principal consequência da decisão do STF ficará resumida a questões que envolvem a imagem de Moro e sepultará as intenções de uma possível candidatura presidencial do ex-magistrado.

Não é o que pensa Antônio Carlos de Almeida Castro, mais conhecido como Kakay, um dos mais respeitados criminalistas brasileiros. Para o jurista, o julgamento da parcialidade não só abre as portas para uma responsabilização do ex-juiz, mas também para "seus coordenados, que é esse grupo de Curitiba, da força-tarefa".

Mais do que pensar, Kakay defende essa ideia. "A decisão do pleno do STF deixa absolutamente caracte-

terizado de forma técnica a parcialidade de Moro, e as consequências e envolvimento nessa parcialidade devem ser investigadas."

Na opinião do criminalista, a incompetência da 13ª Vara de Curitiba que levou à anulação dos processos é uma questão séria, porém retira as ações daquela comarca para serem examinadas novamente em outra jurisdição e, por isso, em seu entendimento, "não comporta uma investigação mais profunda, inclusive criminal".

Mesmo assim, para Kakay, ali já ficou claro "que houve uma instrumentalização do Poder Judiciário pelo Moro ao tentar ter uma jurisdição nacional".

Profundamente grave para o



Foto: José Cruz/Agência Brasil

criminalista é a parcialidade, da forma como o Supremo caracterizou. "Ficou demonstrado que houve uma perseguição. E, na realidade, na origem dessa perseguição, nós temos uma força deliberada, uma posição deliberada do Moro enquanto agente político, na verdade, travestido de juiz."

É a partir daí que Kakay entende transcorrer toda a trama. "Ele usava a toga para instrumentalizar o Judiciário com um objetivo político que é muito claro: coordenar a força-tarefa de Curitiba para afastar Lula da disputa presidencial, apoiando este governo genocida que aí está", fala.

Notícia-Crime

Wadih Damous é advogado trabalhista, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro (OAB-RJ) e ex-deputado federal por aquele estado. Mestre em Direito Constitucional e do Estado, com a bagagem de ter presidido ainda a Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, ele protocolou no último dia 5 de fevereiro, ao lado do ex-colega de parlamento, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), uma Notícia-Crime na Procuradoria-Geral da República (PGR). O objetivo: a abertura de um inquérito para apurar as condutas de Moro, Dallagnol e os procuradores Januário Paludo, Laura Tesler, Orlando Martello Júnior, Júlio Noronha, Paulo Roberto Galvão de Carvalho, Athayde Ribeiro Costa e outros que possam estar envolvidos nos diálogos registrados via Telegram. As conversas estão sob a guarda da Polícia Federal e tornaram-se públicas no dia 1º de fevereiro por determinação do ministro do STF Ricardo Lewandowski, que acatou pedido da defesa de Lula.

"A partir deste material, é possível constatar fortes indícios da existência de uma associação estruturalmente ordenada e composta por agentes públicos, que se valeram da manipulação fraudulenta do sistema de justiça para ocultar a implementação de um projeto político e ideológico de poder", inicia a petição, que toma por base os documentos que agora integram a chamada Operação *Spoofting*.

Interesses internacionais

A petição de Damous e Pimenta ressalta, ainda, indícios de participação de agentes estrangeiros, "cujo propósito aparenta ter sido a violação da soberania nacional".

Matéria do jornal francês *Le Monde* publicada em 10 de abril ratifica as suspeitas. Em uma reportagem investigativa que ocupou três das páginas do periódico, que é considerado um dos mais importantes da imprensa internacional, é dito que houve influência dos Estados Unidos na criação e nos métodos da Lava Jato, além de conexões apontadas ligando agentes do Departamento de Justiça norte-americano com Moro e Dallagnol.

Para o *Le Monde*, o objetivo central da Lava Jato não foi colocar em xeque a corrupção no maior país da América Latina. Foi acabar com a ameaça representada pelo crescimento de empresas brasileiras que estavam colocando os interesses dos Estados Unidos em risco.

Apesar da alta credibilidade do *Le Monde*, a imprensa nacional praticamente evitou dar maiores repercussões ao texto, que disse que a força-tarefa de Curitiba serviu a "vários interesses, mas não à democracia".



Foto: Reprodução/Justiça Federal do Paraná

Ex-juiz Sergio Moro interroga Lula, em Curitiba, sobre o sítio em Atibaia/SP



Foto: Diego Bressani

Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay

Limpar o nome da corporação

“Não entendo por que essa vontade pública de se investigar não acontece”, afirma Damous.

Para o ex-deputado, não há como se negar os diálogos que compõem os sete *terabytes* de conversas, entre textos, imagens e áudios, *hackeados* da Força-Tarefa. “Nem a turma da Lava Jato consegue”, diz.

Em especial, Damous afirma que, mais de uma vez, integrantes da própria equipe comandada por Dallagnol já atestaram a existência de parte das conversas. Ele recorda o caso da procuradora Jerusa Viaceli que pediu desculpas a Lula após o site *The Intercept* revelar trechos em que ela e outros procuradores ironizaram a morte da ex-primeira-dama Marisa Leticia e o pedido do ex-presidente para ir ao velório da esposa.

O próprio Damous responde seu

questionamento inicial. “Na realidade, a questão é o jogo corporativo que parcela da PGR está jogando. Deve haver questões de bastidores para não desmoralizar a Lava Jato e proteger procuradores”, reflete.

Independentemente disso, ele é categórico: “É obrigação do Procurador-Geral da República, Augusto Aras, investigar. Se não quiser, vai fazer como o Exército que nunca assumiu os crimes cometidos durante a ditadura. Ele tem o papel de limpar o nome da corporação Ministério Público Federal”.

Damous entende que se um caso similar acontecesse, por exemplo, nos Estados Unidos, todos os envolvidos já estariam fora de seus cargos, respondendo a processos ou presos. “Os indícios, aqui, de *lesa pátria*, são fortíssimos”, declara.



A força-tarefa da Lava Jato durante cerimônia de devolução de cerca de R\$ 1 bilhão à Petrobras. Conforme estudo do Dieese, a operação causou prejuízo de R\$ 172,2 bilhões ao país



A 13ª Vara Federal de Curitiba foi considerada incompetente para julgar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o próprio juiz Sergio Moro foi colocado em suspeição

A perícia que não foi e as penalidades

Recente documento divulgado pelo então comandante do Setor de Inquéritos (Sinq), o delegado federal Felipe de Alcântara de Barros Leal, corrobora com a opinião de Damous.

Em nove páginas, Barros Leal relata o que o site Conjur, especializado em notícias jurídicas, classificou como algo que deve entrar “para o hall da fama junto com o coronel Lorena (*aquele que falsificou o laudo do atentado no Riocentro*)”.

“Um nada jurídico”, na descrição do criminalista Kakay. “É um delegado atendendo a interesses da força-tarefa, na verdade. Porque nessas questões vão responsabilizar delegados de polícia

também. Tem, inclusive, lá uma delegada que se diz que ela forjou um documento”, afirma Kakay.

A delegada em questão é Erika Marena, que viveu seu maior momento de controvérsia, até então, na Operação Ouvidos Moucos, a qual culminou com o suicídio do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Cancellier de Olivo.

Olivo foi afastado, preso preventivamente sob acusação de obstruir investigações e teve como desfecho, além da sua trágica morte, nenhuma prova que lhe imputasse as responsabilidades imaginadas pela delegada.

Apesar do autor da dita perícia

ter sido afastado de seu cargo, a luta contra o sistema, certamente, será dura. A Notícia-Crime de Damous e Pimenta apresenta um rol de possíveis crimes que transitam da Lei de Segurança Nacional, especificamente ligados a crimes de *lesa pátria*, ao Código Penal, em questões de Corrupção Passiva, Peculato, Prevaricação, Advocacia Administrativa, Violação de sigilo funcional. A peça elenca, também, crimes típicos de Organização criminosa.

Com a possibilidade de penas que variam de seis anos a 31 anos no mínimo, caso a investigação seja realizada e, em um julgamento justo, como frisa Kakay, os

membros da República de Curitiba sejam condenados, não é de se espantar a recente declaração do coordenador do Grupo Perrogativas, o advogado Marco Aurélio de Carvalho.

Ao tomar conhecimento por um colega de Moro que o ex-juiz estuda novamente se mudar para os Estados Unidos, Carvalho foi taxativo: “Se isso acontecer, vamos ter de pedir a extradição no Brasil pelos crimes que ele cometeu contra a democracia e contra o sistema de justiça brasileiro. Ele precisa responder pela violação do nosso Sistema de Justiça e pelos crimes que cometeu contra a soberania nacional”.



Com esse distanciamento,
a gente nunca esteve tão perto

WWW.SINPRORS.ORG.BR

DIREITOS

SAÚDE

SERVIÇOS

NOTÍCIAS

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



Infância dilacerada

por Cristina Ávila

Um dos mais antigos conselhos de mães é ensinar seus filhos a não falarem com estranhos. Mas os conhecidos podem ser as piores pessoas. Com papo divertido, o vizinho bonzinho sabe armar infalíveis ciladas. Foi o que aconteceu com uma menina de 12 anos moradora na região metropolitana de Porto Alegre, filha esclarecida de pais de classe média, profissionais de nível superior. Quando ela descobriu que estava enredada por um pedófilo, era tarde para escapar. Um romancinho adolescente se transformou na mais desesperadora experiência de horror. Não viu saída. “O que meus pais vão pensar de mim?”, se perguntou a jovencinha, sentindo-se culpada por ter trocado com um homem mensagens das quais se envergonhava. A culpa foi maior do que a confiança que poderia ter tido nos próprios pais – que a abraçaram imediatamente, quando souberam do drama que vivia

► continua

DIREITOS HUMANOS

“A chantagem sobre a criança, o segredo estabelecido, é muito difícil de ser quebrado. É fundamental o trabalho de educadores e educadoras, em quem a criança confia. Salvamos vidas”, observa a deputada Maria do Rosário (PT/RS), professora e uma das autoras da Lei 13.431/2017. Essa legislação federal estabeleceu um sistema que permeia a rede de atendimento público às vítimas, em que se destacam o que se denomina “es-

cuta especializada” e “depoimento especial”, os quais passaram a ser feitos em ambientes seguros, por profissionais capacitados para esse tipo de trabalho e de modo que a vítima seja ouvida uma única, ou pelo menos o mínimo de vezes, durante todo o processo de acolhimento e investigação.

A gaúcha ex-ministra de Direitos Humanos (2011/2014), ativista dos direitos da criança e do adolescente no parlamento, enfatiza

que a pedofilia acontece em todas as classes sociais, nos mais diversos ambientes, até mesmo de cultos religiosos, e a escola é uma das primeiras instituições com chances de fazer o alerta. “Por isso a ideia de *homeschooling* é de extrema violência contra crianças, nega direitos e nega proteção integral”, ressalta, referindo-se à proposta que dá direito aos pais de ensinarem filhos em casa, prescindindo do sistema formal de educação.

A família dessa menina de 12 anos não quer se identificar, por medo de que as reações das pessoas aumentem ainda mais o sofrimento que a destrói. A mãe só descobriu a verdade quando a menina se viu obrigada a revelá-la, diante de uma consulta médica. Precisava fazer um acompanhamento de rotina, pedido no ano anterior pela ginecologista por causa de um desequilíbrio hormonal próprio da idade.

Vergonha, medo e chantagem



Foto: Twitter/Reprodução

Maria do Rosário

Foi por vergonha e medo que ela acabou cedendo às chantagens do irmão de uma amiga, dez anos mais velho do que ela. A mãe relata que sua filha única chorava todos os dias encerrada no quarto, mas insistia em se livrar de perguntas justificando que estava deprimida por causa do isolamento imposto pela pandemia. “Ele a chantageava com as mensagens. Ela me disse: ‘Mãe, eu não queria... Tanto que ele ameaçou de me esmurrar porque eu não me mexia no momento em que fez o que fez comigo... eu não queria’.”

A deputada Maria do Rosário

ênfatiza “um marco para o enfrentamento dessas situações” – o 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei Federal 9.970, de 2000. Nessa data, foi executada Araceli Cabrera Crespo, aos 8 anos, raptada e drogada, que teve o rosto destruído por estupradores, em Vitória (ES). Ela era filha de um operário e uma dona de casa. Passados 48 anos, sua história ainda impacta a capital capixaba, por serem os algozes comerciantes com influência política, o que interferiu nas inves-

tigações e no julgamento do caso.

De acordo com Maria do Rosário, o 18 de maio se consolidou a partir de ampla movimentação nos anos 1990 para reforçar o cumprimento do artigo 226 da Constituição Federal que trouxe a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade para a proteção integral dos direitos da criança e do adolescente. “Se conceituou o abuso sexual como aquele que acontece no ambiente familiar, doméstico de um modo geral, ou por pessoas que a criança conhece”, explica a deputada.

Mudam os sobrenomes das famílias, mas o drama se repete

Anualmente, milhares de famílias enfrentam o mesmo drama. Em março de 2021, o Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos (MMFDH) publicou em sua página na internet que, em 2020, as denúncias feitas por meio do Disque 100 e Ligue 180, canais oficiais do governo federal, receberam 350 mil denúncias de violações de direitos humanos, sendo 95 mil contra crianças e adolescentes. A informação não discriminou a violência sexual. Porém, em maio do ano passado, a ministra Damares Alves disse que foram 86,8 mil casos em 2019, com aumento de 14% em relação a 2018, citando nesse caso que a violência sexual contra crianças e adolescentes chegou a 17 mil denúncias em 2019. E salientou que estudos acadêmicos apontam que somente 10% são notificados, o que levaria a qua-

se 1 milhão de casos de violência contra menores de 18 anos. Em sua opinião, a realidade é ainda mais subnotificada, pois é silenciosa.

A ministra desconfia especialmente dos números da pandemia, quando, em abril de 2020, houve queda de 17,1% nas denúncias gerais de violência contra crianças e adolescentes. “Quando as portas das casas começarem a se abrir e a gente começar a receber as crianças nas escolas e nas creches, o que nos aguarda?”, questionou. Nessa matéria publicada pelo MMFDH em maio do ano passado, a maioria das vítimas era de meninas entre 4 e 11 anos de idade (55%), e a autoria de violências gerais recaía sobre a mãe (52%). Contudo, ao se referir à violência sexual, os acusados eram padrastos (21%), pais (19%), mães (14%), tios (9%) e vizinhos (7%).

Maria de Fátima Fernandes Gea, coordenadora do Centro de Referência no Atendimento Infanto-juvenil (CRAI), órgão da Prefeitura de Porto Alegre



Foto: Igor Sperotto

90% dos abusadores são pessoas próximas

“Em 90% dos casos que atendemos, o acusado é uma pessoa conhecida”, afirma a pediatra Maria de Fátima Fernandes Gea, coordenadora do Centro de Referência no Atendimento Infanto-juvenil (CRAI), órgão da prefeitura de Porto Alegre que funciona no Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas. “Esse serviço completa 20 anos neste ano. É pioneiro e referência nacional. Único no Brasil que tem a configuração de trabalho de três entes públicos em um mesmo local: o município de Porto Alegre, representado pelos funcionários de saúde que são psicólogos, médicos e assistentes sociais, e a Secretaria de Segurança Pública do Estado, representada pelo Departamento Médico Legal (DML) e Polícia Civil”, explica a médica. Todos os profissionais têm treinamento e formação específica para tratar das vítimas.

Esse CRAI prestou 1916 atendimentos em saúde no primeiro trimestre de 2021 e foram realizados

6247 em 2020, incluindo perícias físicas e psíquicas. As vítimas precisam chegar com boletim de ocorrência policial (PM). O órgão também encaminha medidas futuras a serem tomadas. Maria de Fátima chama a atenção dos pais para evitar abusos: “Não significa que não vamos confiar em ninguém. O que não se pode é terceirizar o cuidado dos filhos”. A capital atende todo o estado, mas há serviços em outros municípios, embora bem longe de dar conta das demandas do Rio Grande do Sul.

A punição para esses crimes ficou mais próxima depois que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito realizada em 2003 e 2004, em que Maria do Rosário foi relatora, provocou mudanças no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ela reforça, porém, a impunidade, favorecida pelo preconceito. “Identificamos a cultura do estupro na polícia, no Judiciário, no Ministério Público, em escolas e até em Conselhos Tutelares.” Ela

Foto: Igor Sperotto



Julho de 2020: PF prende em flagrante homem com arquivos de abuso e exploração sexual infantil no Rio de Janeiro. O preso morava e cuidava de uma escola desativada

e a presidente da CPMI, senadora Patrícia Saboya (na época, PPS/CE), percorrem 22 estados para levantamento de situações *in loco*.

Mas é claro que também se aplica a Lei 13.431/2017 no Judiciário. Como relata a assistente social Mirani Dutra, especialista do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que trabalha no Fórum de Novo Hamburgo: “Sou uma das responsáveis por conduzir o

depoimento especial para apuração de violência contra crianças e adolescentes”. Ela comenta que esse tipo de crime ocorre quase sem testemunhas, por estar geralmente encoberto nos espaços familiares. “A palavra da criança muitas vezes acaba sendo uma das únicas provas para compor o processo criminal, sendo o seu relato bastante valorizado para a tomada de decisões judiciais.”

Depoimento especial

Os tribunais gaúchos inspiraram a legislação, pois recorrem ao depoimento especial antes mesmo da legislação nacional. “A audiência acontece em uma sala onde ficam apenas o entrevistador (psicólogo ou assistente social) e a criança/adolescente, que estará resguardada de todas as outras pessoas. O juiz e as demais auto-

ridades acompanham a entrevista através de uma câmera que faz a transmissão em tempo real. As perguntas são feitas ao entrevistador por meio de um fone de ouvido”, relata Mirani Dutra.

“Muitas crianças, adolescentes e seus familiares deixam de recorrer à polícia por medo de enfrentar o acusado no Judiciário”,

conta a assistente social. “Mas a Lei 13.431/2017 traz uma série de dispositivos para garantir a proteção e evitar que outras violências venham a acontecer, impedindo o contato físico ou visual com o acusado durante a audiência, inclusive oferecendo medidas protetivas de afastamento do agressor.” Mirani Dutra explica que a legisla-

ção é regulamentada pelo Decreto 9.603/2018, o qual determina a constituição de comitês de gestão colegiada em estados e municípios, como já acontece em Novo Hamburgo. Ela acentua que denunciar é dever de todos, mesmo sem evidências concretas e que a educação sexual é obrigação desde a primeira infância.

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.



Unimed

CCG
Saúde

UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS

Faça a simulação e confira
o quanto você pode economizar



Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde

Pandemia espalha doença e fome

por Flávio Ilha

Como no poema de Solano Trindade, o Brasil da covid-19 e do governo Bolsonaro parece dizer: tem gente com fome. E não é pouca gente com fome. Um levantamento coordenado pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça, da Universidade Livre de Berlim (Alemanha), em parceria com pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Brasília (UnB), mostrou que 55 em cada 100 domicílios visitados registravam algum tipo de insegurança alimentar durante a pandemia

Em números absolutos: 116,8 milhões de brasileiros viviam algum tipo de receio, desde preocupações leves até de grave impacto, com o pão nosso de cada dia em novembro do ano passado. As informações foram coletadas entre os dias 5 e 24 de dezembro de 2020, em amostra representativa de 2.180 domicílios das cinco regiões brasileiras, em áreas rurais e urbanas.

Daqueles 116,8 milhões de brasileiros com algum tipo de insegurança alimentar, cerca de 43 milhões (20%) não contavam com alimentos suficientes para

nutrir suas necessidades (insegurança alimentar moderada) e 19 milhões (9%) passavam fome (insegurança grave). Mais: nos lares com crianças até quatro anos, a fome bateu em 20% deles.

“Sim, a fome voltou ao Brasil”, lamenta a coordenadora do estudo, Renata Motta, professora de Sociologia da Universidade Livre de Berlim. E em níveis nunca vistos desde 2013, quando a ONU tirou o país do Mapa da Fome. Naquele ano, os indicadores mostravam menos de 5% dos domicílios brasileiros em insegurança alimentar grave. Em menos de

uma década, o índice mais que triplicou.

“Há pelo menos cinco anos vemos o aumento sistemático da fome no Brasil. Isso quer dizer que uma criança pobre nascida em 2013 passou a primeira infância inteira em situação de insegurança alimentar moderada ou grave”, completa Motta.

A situação já vinha se agravando antes da pandemia, quando os indicadores de insegurança alimentar haviam passado de 23% em 2013 para 37% em 2018. Agora, com os 55% medidos pela pesquisa, a situação é dramática.



Brasileiro cada

Os dados levantados pelos pesquisadores são chocantes: 44% dos entrevistados reduziram o consumo de carnes nos últimos 12 meses, e 41% passaram a comer menos frutas durante a pandemia. No Nordeste, a média nacional de 59% de insegurança alimentar aumentou para 73%; no Norte do país, para 67%.

Beneficiários do Bolsa Família são os que enfrentam os maiores níveis de insegurança alimentar, com 88,2%. Desse contingente, 35%

Trabalho infantil avançou em Porto Alegre

O resultado dessa situação, principalmente a fome em lares com crianças e jovens, é direto. A Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) de Porto Alegre identificou 1.110 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nas ruas da cidade no final de 2020, especialmente vendendo mercadorias em sinaleiras ou coletando material reciclável. Uma forma de elevar a renda e driblar a perspectiva da fome.

Dessas, 300 exerciam atividades na rua pela primeira vez. As 12 equipes do Serviço de Abordagem Social/Ação Rua, que fazem a busca ativa de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, tiveram de ser reativadas pela FASC. Elas haviam sido suspensas por falta de demanda.

Há cinco anos, a mesma Fundação, em parceria com a UFRGS, havia detectado apenas 14 crianças nessa situação na capital gaúcha. Entre 2006 e 2012, a cidade recebeu por três vezes o selo Prefeito Amigo da Criança pelos programas de proteção a jovens em situação de vulnerabilidade. O prêmio é uma parceria da Fundação Ábrinç com a ONU.

Segundo a FASC, o incremento de crianças e adolescentes nas ruas é consequência direta do fechamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), mantido no turno inverso das aulas, devido à necessidade de distanciamento social. O trabalho de acolhimento, com a pandemia, passou a ser virtual e individualizado.

“O formato de crianças e jovens reunidos em um espaço de convivência coletivo acabou criando um vácuo no atendimento durante a pandemia, já que

esses locais tiveram de ser fechados. A vulnerabilidade dessa população aumentou muito”, conta a presidente da FASC, Cátia Lara Martins.



A FASC identificou 1.110 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nas ruas de Porto Alegre no final de 2020. Dessas, 300 exerciam atividades na rua pela primeira vez

Sinal está fechado para os miseráveis

Além de vender produtos e coletar material reciclável, a FASC também identificou crianças ajudando no trabalho de mendicância. Muitas delas são aliciadas por adultos, às vezes da própria família, em troca de comida. “É um reflexo direto da situação econômica, da nossa miséria”, disse Martins.

O aumento de crianças nas ruas de Porto Alegre é reforçado pela população adulta, que aumentou 40% em um ano. Confor-

me a FASC, 1.075 pessoas reforçaram o contingente que vive sem teto na cidade durante a pandemia. São pessoas, na sua maioria, que perderam o emprego e não tiveram mais como pagar um aluguel.

No cômputo geral, de acordo com a Fundação, o número varia de 3.200 a 3.800 adultos na rua – a flutuação se deve à alta mobilidade dos indivíduos, em sua maioria homens entre 25 e 45 anos de idade. A ONG Centro

Social da Rua, entretanto, estima esse contingente em mais de 4.000 pessoas.

“Nossa observação empírica indica que o número de pessoas na rua dobrou nos dois últimos anos. E, além disso, mudou de perfil: hoje, observamos a presença de mais famílias na rua, que era um fenômeno bem raro antes da pandemia”, afirma a coordenadora-adjunta da ONG, Leticia Andrade. Em 2019, o número fluía em cerca de 2.100 sem-teto.

Para Andrade, as crianças estão voltando para as ruas em busca de comida. Nos últimos anos, segundo a ONG, elas haviam desaparecido. “A presença maior nas ruas tem uma razão: a fome”, diz a coordenadora-adjunta.

A coordenadora do coletivo Mães da Periferia de Porto Alegre, Leticia Nascimento, classificou a situação como desesperadora. O grupo tem cerca de 3.500 famílias cadastradas, mas deixou de fornecer cestas básicas devido ao número insuficiente de doações.

A estratégia adotada foi transformar as 10 cestas básicas recebidas na última semana em 100 quinzenas para alimentar pessoas no Morro Santana, zona leste de Porto Alegre, onde o grupo surgiu. As quinzenas passaram a ser distribuídas todos os sábados.

“O agravamento da pandemia sem um programa de renda mínima e sem um programa de vacinação em massa tende a agravar a fome nas periferias. As famílias, que já tinham vínculos de emprego precários, agora sofrem também com a carestia. Está mais difícil conciliar o preço da moradia com as contas de alimentação”, compara Nascimento.



A população adulta nas ruas aumentou 40% em um ano. A ONG Centro Social da Rua estima mais de 4 mil pessoas em situação de rua na capital gaúcha

Cestas básicas insuficientes e ajuda que não chega

A FASC informou que distribuiu 130 mil cestas básicas durante o período da pandemia, para 74 mil famílias de Porto Alegre. O custo das cestas chegou a R\$ 31,7 milhões, bancados com recursos federais direcionados pelo fundo da covid-19.

Dados da ONG Centro Social da Rua levantados com 805 pessoas em situação de rua de Porto Alegre constataram que 18,8% deles estavam sem teto há menos de nove meses, ou seja, foram diretamente afetados pela pandemia com a perda de renda ou do emprego.

Quase metade da população entrevistada também declarou que não recebeu qualquer auxílio financeiro do governo, seja federal ou estadual. Sete em cada dez pessoas disseram que a situação de rua é permanente, sem eventuais retornos para a casa de suas famílias.

Como diz o poema de Trindade, escrito em 1944 e censurado por duas ditaduras, "trem sujo da Leopoldina/correndo correndo/ parece dizer/tem gente com fome/ tem gente com fome/tem gente com fome".



Estudante da rede municipal recebendo cesta básica durante ação da SMED

O que é segurança alimentar

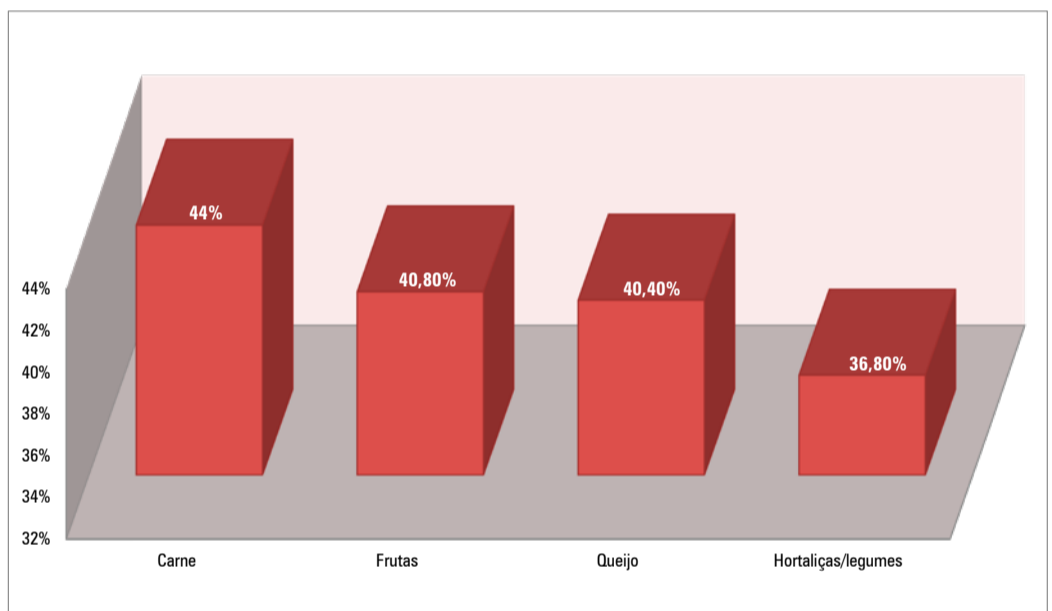
Segurança alimentar é quando a família tem acesso permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes sem comprometer as necessidades essenciais.

A insegurança alimentar leve é quando há uma preocupação ou incerteza quanto ao acesso a alimentos suficientes no futuro. Isso leva à qualidade inadequada dos alimentos, visando a não comprometer a quantidade. Ou seja, a família escolhe opções mais baratas de modo que não falte alimento no final do mês.

A insegurança alimentar moderada é quando ocorre uma redução significativa de alimentos entre os adultos ou uma ruptura nos padrões de alimentação, cortando ou pulando refeições devido à falta de alimentos.

A insegurança alimentar grave é quando atinge as crianças, isto é, elas irão comer menos quantidade e pular as refeições.

Redução de consumo



SINPRORS
PREVIDÊNCIA

Cuide bem do seu futuro.

Invista com quem entende de previdência privada.

Ingresse Agora
51 99335. 2387
www.sinprorsprevidencia.com.br

INSTITUIDOR: **SINPRO/RS** Sindicato Cidadão
GESTOR DO PLANO: **FUNDAÇÃO FAMÍLIA** PREVIDÊNCIA

Negociações coletivas ainda sem consenso

Nas tratativas que começaram no início de março com as representações sindicais das instituições de ensino da educação básica e da educação superior, o Sindicato dos Professores resiste à intenção patronal de reduzir direitos conquistados nas últimas décadas

por Valéria Ochôa

O início do ano letivo é marcado anualmente pelas negociações entre o Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) com o Sindicato das Instituições Privadas (Sinepe/RS) para a renovação das Convenções Coletivas de Trabalho dos professores que atuam na educação básica e na educação superior.

Neste ano, soma-se à negociação com os representantes dos professores o Sindicato das Mantenedoras das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Sindiman), o qual representa 12 universidades e dois centros universitários comunitários, além de seis escolas de



Reunião da comissão da educação superior, no dia 23 de março

educação básica.

Pelo segundo ano consecutivo, as negociações coletivas se dão em meio à pandemia e seus impactos. “Uma conjuntura extremamente difícil”, observa Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS, que integra a comissão de negociação da educação superior.

As pautas de reivindicações dos professores da educação básica e da educação superior foram aprovadas nas respectivas Assembleias, nos dias 27 de fevereiro e 6 de março. “O ritmo das negociações é diferente com cada sindicato”, explica.

Invocação de crise para flexibilizar direitos na educação superior

As tratativas com o Sinepe/RS se iniciaram no dia 9 de março e com o Sindiman no dia 17 de março, com indicativo de reuniões semanais. “O Sindiman suspendeu duas reuniões, postergando as negociações”, conta Marcos Fuhr.

Os representantes dos professores começaram priorizando nas mesas de negociação com o Sinepe/RS e o Sindiman a reposição da inflação no valor da hora-aula, melhores condições de trabalho, em especial no que se refere ao número de alunos nas turmas das aulas remotas, e a expectativa de participação das instituições nos investimentos pessoais feitos pelos professores para dar con-

ta da prática de aulas remotas.

SINDIMAN – “O índice da inflação que está na mesa é o acumulado de dois períodos, 2019 e 2020, num total de 10,38%”, observa Fuhr. “No ano passado, ficou estabelecido apenas um pequeno abono salarial a partir de outubro, e a inflação de 3,92% de 2019 foi adiada para as negociações deste ano e que se somam agora aos 6,22% do último período.”

Segundo os dirigentes do Sinpro/RS, o Sindiman está com uma postura de muita resistência às reivindicações dos professores e, para piorar, apresentou uma pauta de flexibilização de direitos

históricos dos professores.

A pauta patronal foi tão impactante que o Sinpro/RS convocou uma reunião, no dia 28 de abril, com os professores das instituições comunitárias para relatar a intenção do Sindiman de flexibilizar cláusulas, como o adicional por aprimoramento acadêmico, o adicional por tempo de serviço, a estabilidade pré-aposentadoria e o desconto para dependentes.

“É impressionante que as instituições de ensino queiram impor aos professores, além das perdas de carga horária decorrentes da redução de turmas e das reformas curriculares, a ampliação de jornada efe-

tiva de trabalho, também uma perda irreparável do poder aquisitivo da sua hora-aula”, desabafa Fuhr.

SINEPE – A comissão patronal da educação superior também apresentou uma proposta de flexibilização dos direitos e parcelamento da reposição da inflação aos salários dos professores.

Para Marcos Fuhr, o grande desafio das duas mesas de negociação é a reposição da inflação de forma a não cristalizar perdas em função de problemas conjunturais e não comprometer a remuneração futura dos professores. “Estamos vivendo uma crise conjuntural que será superada no próximo período”, argumenta.

Sinpro/RS alerta para o excesso de trabalho na educação básica

As negociações da educação básica com o Sinepe/RS tiveram início no dia 18 de março, e com o Sindiman, que representa as escolas de educação básica das instituições comunitárias, no dia 31 de março.

Os representantes dos professores da educação básica centraram nas mesas de negociação com os sindicatos patronais as tratativas da reposição da inflação, alternativas para coibir o excesso de trabalho dos professores em razão das aulas

síncronas e a volta do pagamento da 1ª parcela do 13º em agosto.

“Os sindicatos patronais resistem à reposição do INPC e à retroatividade em relação à data-base, invocando as dificuldades das escolas”, relata a professora Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS, integrante da comissão de negociação da educação básica. A proposta inicial das instituições foi reajuste zero, o que foi rechaçado pelos representantes do Sinpro/RS.

“Não é possível que os professores se prejudiquem porque escolas reajustaram as mensalidades em percentuais pequenos ou não reajustaram, mesmo porque as instituições de ensino sabem que, em março, os salários precisam incorporar o desgaste sofrido pela inflação”, reage Cecília. “No acompanhamento histórico do reajuste das mensalidades e do reajuste de salários, de 2016 a 2020, há uma diferença de 18,55%.”

Outro aspecto que tem sido alvo de discussões é o excesso de trabalho dos professores causado pelas aulas remotas e presenciais. “As escolas precisam entender que os professores estão trabalhando excessivamente, sendo demandados o tempo todo por alunos, pais, coordenações e direções das escolas. Além disso, são convidados a participar de inúmeras atividades de formação, muitas vezes que não se referem ao trabalho específico.”

Fórum debate o futuro das instituições comunitárias do RS

A 12ª reunião plenária do Fórum pela Gestão Democrática das Instituições Comunitárias de Educação Superior, realizada no dia 10 de abril, debateu a situação das universidades e dos centros universitários que compõem o segmento no estado no âmbito da crise econômica e educacional.

Participaram do encontro virtual representantes de instituições de ensino, de associação de professores e diretórios de estudantes, bem como dirigen-

tes dos sindicatos dos professores (Sinpro/RS, Sinpro/Caxias e Sinpro/Noroeste) e de funcionários técnico-administrativos do setor privado, além de lideranças do movimento estudantil.

O segmento comunitário congrega 15 universidades e centros universitários no Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung). Em 2016, foi criado o Sindicato das Mantenedoras das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (Sindiman), reco-

nhecido pelo Ministério da Economia, em 2020.

CRÍTICA – A recente apresentação da pauta de reivindicações do sindicato patronal das comunitárias aos professores no processo de negociação anual foi destacada como uma iniciativa paradoxal, já que, historicamente, são os trabalhadores que apresentam a pauta de reivindicações, e as negociações se dão em cima dessas reivindicações, destacou Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS, e coor-

denador da Plenária.

“As comunitárias estão invertendo essa lógica. Apresentaram uma pauta que anula quase todas as conquistas, os direitos trabalhistas dos professores nessas instituições, claramente com o intuito de descarregar sobre os seus empregados o custo da sobrevivência institucional”, criticou.

A Plenária aprovou Manifesto de Repúdio às pretensões do Sindiman expressas na pauta apresentada aos sindicatos de trabalhadores.

Crise e desafios das Ices

Participaram do painel *O desafio da manutenção do diferencial comunitário na atual conjuntura brasileira*, na abertura do Fórum, o presidente do Comung, Evaldo Antonio Kuiava, docente e Reitor da Universidade de Caxias do Sul (UCS); o professor da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) João Pedro Schmidt, protagonista na criação do Marco Regulatório das Comunitárias; e o professor da Universidade Feevale Gabriel Grabowski, dirigente da Aesufop-RS e do Consinos.

“Percebemos uma *comoditização* no ensino superior, com as instituições atuando na Bolsa de Va-

lores como se vendessem soja ou minério, e isso é muito sério quando se trata de educação”, alertou o reitor da UCS. O diferencial comunitário passa a não ser mais percebido nessa conjuntura, disse. “O momento é oportuno para refletir sobre as questões paradigmáticas que se refletem em sala de aula e nas relações de trabalho.”

Para João Pedro Schmidt, as chances de permanência das Ices no cenário educacional diminuem se elas “jogarem o jogo do mercado”. Ele assinalou que as instituições desse segmento nasceram com a proposta de desempenhar um diferencial no desenvolvimen-

to comunitário, “mas não podemos esquecer que foram criadas por forças bem tradicionais das regiões”.

Gabriel Grabowski classificou as Ices como “patrimônio educacional e cultural da sociedade gaúcha, pela contribuição à inclusão de jovens no ensino superior, pela interiorização da oferta e pela contribuição com o desenvolvimento regional e comunitário”. Lembrou que o direito à educação é negado a 50 milhões de jovens, que as matrículas no ensino médio vêm decrescendo há 10 anos – estão em 7,5 milhões – e irão reduzir mais ainda com o impacto da pandemia.

“O PNAD da educação de 2019 aponta que apenas 59% dos jovens de 15 a 17 anos concluem o ensino médio dentro da sua faixa etária e 82% desses estudantes não acessam o ensino superior”, ilustrou.

Grabowski acredita que o segmento deve apostar em gestões mais participativas, democráticas, voltadas à integração com as comunidades e as políticas públicas e propôs a formulação de estratégias alternativas de financiamento estudantil, com novas fontes e linhas de créditos, como já é praticado em experiências internacionais.

SOLIDARIEDADE

Professores Solidários entregam 80 cestas básicas

A campanha Professores Solidários entregou, em março e abril deste ano, mais de 80 cestas básicas para professores e famílias carentes.

Criada pelo Sinpro/RS em 2020, após o avanço da pandemia e os efeitos econômicos provocados pela covid-19, a campanha já distribuiu mais de 1,5 tonelada de alimentos para professores desempregados, comunidades indígenas, instituições carentes, além de doações de cobertores para pessoas em situação de rua e máscaras para hospitais. Ao todo, quase 700 famílias já foram ajudadas.

“A gravidade da pandemia deu mais urgência à campanha. Ações como essa são fundamentais, e o engajamento dos professores nessa causa é muito importante”, observa Jeferson Cunha, diretor do Sinpro/RS.

COMO DOAR – Transferência ou depósito bancário na conta aberta pelo Sinpro/RS especialmente para a campanha: Banrisul (041), agência: 0100, conta corrente: 06.253.0242-2, CNPJ Sinpro/RS 92.948.389/0001-10; ou pagamentos por PIX com a chave 51 99733-7506.



Professores da educação superior trabalham em dobro e ganham menos na pandemia

A pesquisa *Realidade Docente 2021*, realizada em abril pela consultoria FlamingoEDU, revelou que os professores da educação superior do ensino privado gaúcho tiveram uma redução da carga horária e acréscimo de trabalho durante a pandemia. A sondagem identificou também que o adoecimento da categoria se agravou durante a crise sanitária,

e os custos do trabalho remoto foram integralmente assumidos pelos profissionais, com pouco ou nenhum apoio dos empregadores.

A pesquisa comparou dados do primeiro e segundo semestres letivos de 2020 e do primeiro semestre de 2021 e constatou acúmulo crescente de atividades sem a respectiva remuneração, esforço adicional em relação à carga horária,

em sala de aula, desembolso dos docentes com adequação do espaço físico e aquisição de equipamentos para a continuidade das aulas na modalidade remota, devido ao isolamento, e uma piora na condição física e mental dos docentes no atual contexto.

O estudo foi encomendado pelos sindicatos de professores (Sinpro/RS, Sinpro/Noroeste e

Sinpro/Caxias) e realizado entre os dias 2 e 9 de abril, por meio de 13 questões respondidas por 1.195 professores da educação superior. Os entrevistados são majoritariamente (63%) professores das instituições comunitárias de ensino integrantes do Comung/Sindiman, 23% da base do Sinepe/RS, e 23% não souberam precisar o segmento ao qual a instituição empregadora pertence.

Redução de carga horária

Dos professores que responderam à pesquisa *Realidade Docente 2021*, 43% têm vínculo como horista com a sua instituição de ensino, 33% com tempo integral e 24% com turno parcial. Houve uma redução da carga horária no primeiro semestre de 2021 na comparação com o mesmo período de 2020, de 30,09 para 27,81 horas-aula, como reflexo da redução de turmas e alocações de alunos em turmas maio-

res, destaca a pesquisa.

O número de professores com 40 horas semanais também sofreu uma redução significativa, de 464 docentes no primeiro semestre de 2020 para 345 em 2021.

Além disso, o levantamento mostrou que aumentaram de cinco para 13 a quantidade de docentes com carga horária entre zero e 12 horas semanais. De acordo com os pesquisadores, a diminuição

da carga horária evidencia uma estratégia das instituições para reduzir os custos dos desligamentos. "Estão se aproveitando da pandemia para demitir, pois a redução de carga horária reflete nos valores rescisórios", aponta o consultor Gunther Gehlen.

ACÚMULO DE ATIVIDADES

Os professores revelaram que a pandemia também trouxe um acúmulo de atividades, funções e/

ou responsabilidades à categoria sem o respectivo acréscimo desse trabalho na sua carga horária semanal. Para 57%, a sala de aula foi o principal fator que gerou essa sobrecarga, e 30% responderam que não perceberam esse aumento. As aulas demandaram até 50% de esforço adicional para 64% dos entrevistados, e 27% responderam que esse esforço foi até o dobro da demanda de tempo.

Professores bancam os custos do trabalho em casa

Os investimentos para adequar o espaço de trabalho em casa para poder continuar lecionando por meio de aulas remotas durante a pandemia foram bancados pelos professores, revela a pesquisa. As instituições de ensino se limitaram a oferecer treinamento, enquanto que os professores investiram em planos de dados, computadores, celulares e mobiliário.

A quase totalidade dos pesquisados (1.024) respondeu que bancou esses gastos, enquanto apenas nove disseram que o investimento veio da instituição de ensino. Predominam a aquisição de softwares e assinaturas de conteúdos web (426), compra de equipamentos (876) e de internet e planos de dados (1.045).

A aquisição de computadores, smartphones e mobiliário teve o maior peso no desembolso dos docentes, em média R\$ 3.143,02.

"Em outros setores, o profissional que foi trabalhar em casa recebeu uma estrutura de traba-

lho e apoio da empresa. No caso dos professores, isso não ocorreu. Uma ou outra instituição fez algum investimento, mas os desembolsos maiores foram feitos pelos professores", observa Heitor Strogulski, um dos consultores responsáveis pela pesquisa.

MAIS ADOECIMENTO – Na comparação com o período anterior à pandemia, houve um agravamento nas condições de saúde para 77% dos entrevistados, sendo que 55% dos professores disseram que sua condição física e mental "piorou" e 22% acham que "piorou muito". Para 19%, permaneceu igual e melhorou para apenas 4% dos pesquisados.

AULAS PRESENCIAIS – Insegurança e apreensão foram os sentimentos manifestados por 76% dos entrevistados quando perguntados sobre o que esperam de um possível processo de retomada das aulas presenciais. O retorno gera insegurança em 42%, apreensão em 34% e confiança em 18%.

METODISTAS

Recuperação Judicial e expectativa de regularização

A Educação Metodista, mantenedora da Rede Metodista de Educação, ingressou formalmente, no dia 29 de abril, com Pedido de Recuperação Judicial (RJ) junto à Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Porto Alegre.

Conforme os requerentes, a RJ visa à reestruturação das suas instituições de educação superior e básica. As instituições metodistas acumulam dívidas calculadas em cerca de R\$ 500 milhões, oriundas majoritariamente de passivo trabalhista, e uma parcela importante referente a dívidas com bancos e uma parcela menor com fornecedores.

A decisão sobre a abertura do processo de recuperação judicial da instituição está a cargo do juiz Gilberto Schäfer, da Vara Empresarial de Porto Alegre, que até o fechamento desta edição ainda não havia se manifestado.

De acordo com o diretor Mar-

cos Fuhr, dirigente do Sinpro/RS, a expectativa do Sindicato e dos docentes é de que, a partir do deferimento, sejam regularizados os pagamentos dos salários correntes. "Além disso, esperamos que no âmbito da RJ sejam priorizados os pagamentos dos salários pendentes e as verbas rescisórias dos mais de 200 demitidos nos últimos quatro anos", afirma.

A REDE - A Rede Metodista engloba 11 colégios e seis instituições de ensino superior no Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A instituição emprega cerca de 3 mil funcionários (1.200 docentes) e atende a 19 mil estudantes. No RS, o grupo mantém o Centro Universitário Metodista/IPA, o Colégio Metodista Americano/Imec (Porto Alegre), o Colégio e Faculdade Metodista Centenário/IMC (Santa Maria), o Instituto Educacional Metodista/IEM (Passo Fundo) e o Colégio União/Imec (Uruguaiana).

Sinpro/RS retoma negociações com a direção da Rede CNEC

O Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) retomou, em abril, as negociações com a mantenedora da Rede CNEC para tratar das ações trabalhistas contra a instituição. As reuniões ocorrem de forma on-line com os representantes da Comunidade, em Brasília, e seguirão em maio.

Entre os pontos principais tratados, estão as reduções de carga horária dos professores, pagamento de Fundo de Garantia (FGTS), rescisões de professores sem acompanhamento do Sindicato, falta de pagamentos de bancas de trabalho de conclusão de curso, extensão de turmas para fora do estado com estudantes do restante do Brasil, além de erros nos comprovantes de rendimentos para Imposto de Renda.

Segundo o professor Sani Cardon, diretor do Sinpro/RS, os representantes da CNEC apresentaram propostas conciliatórias para boa parte das questões e se comprometeram de estudar soluções para as questões que ainda restam sem resposta. "Tivemos um avanço com a retomada das reuniões, que estavam suspensas porque o Sindicato não aceitou as políticas que vinham sendo praticadas pela Rede", explica Cardon.

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Indenizações em atraso e as regras de transição da EC 103/19

No decorrer das análises e situações que são tratadas no INSS, apresentam-se novas concepções, não raro, restritivas de direitos e, ainda, desfigurando as próprias exigências internas da autarquia.

Tal situação está ocorrendo em função das regras de transição e da interpretação do INSS quanto aos períodos em que trabalhadores exerceram atividade autônoma, muito comum com professores ministrando aulas particulares, sem que, concomitantemente, tenham vínculos contratuais com escolas ou instituições de ensino.

Pois bem, esses professores, se comprovarem o exercício desta atividade autônoma, podem obter do INSS o reconhecimento desta condição e, por conseguinte, somar ao tempo de contribuição, sendo-lhes exigida a indenização do período não contribuído. Essa exigência decorre de lei e, sendo o sistema previdenciário contributivo, nada mais correto que assim deva ser procedido.

Da mesma forma, se esse professor hoje é servidor público, vinculado a Regime Próprio – por exemplo, professor do estado do RS –, também pode fazer a prova do período, indenizar o tempo e, para a consecução do direito no estado, receberá uma certidão do tempo de contribuição.

No INSS, em função da nova Reforma da Previdência, criaram-se várias regras de transição e, dentre elas, há uma que exige 50% do tempo como pedagogo para concessão do direito ao benefício.

Nessas hipóteses, o INSS tem entendido que, em relação aos períodos indenizáveis, a análise do aproveitamento deste tempo não será válida para fins de enquadramento no pedagogo.

Há clara dissonância na conduta do INSS. Se há exigência de indenização para o período anterior à EC 103/19, tal indenização deverá prevalecer para todos os fins, especialmente para o cômputo do tempo total de contribuição e adequação deste tempo para a consagração de quaisquer das regras de transição.

Assim sendo, os professores e demais trabalhadores, ao buscar um benefício que tenha períodos a serem indenizados, antes de fazê-lo, provoquem explícita posição do INSS para dizer se ele será computado para todos os fins devidos, sob pena de, ao final, mesmo indenizando o tempo de atividade comprovado, a autarquia indefira o benefício.

Pandemia: Saúde Mental e Atividade Física

UMA NOVA REALIDADE!

A pandemia nos levou a enfrentar uma nova realidade e com ela as emergências, os desafios e novas adaptações em nossas vidas. A exigência de distanciamento social, a necessidade do trabalho home office levaram a uma brusca mudança de vida e com ela novas demandas. A convivência e a interação com as pessoas que faziam parte do nosso dia a dia, as atividades sociais e as práticas de atividades físicas em grupo foram abruptamente interrompidas.

PRESERVAR NOSSA SAÚDE!

São comuns sentimentos de solidão, insegurança, ansiedade, sensação de impotência e estresse elevado. Portanto, necessitamos com urgência preservar nossa saúde mental como um todo e isso inclui nossa saúde física. Devemos dentro do possível manter em nossa rotina diária o contato social, mesmo que de forma virtual através de videochamadas, de redes sociais, praticar atividades físicas e buscar saídas breves ao ar livre.

BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA NA SAÚDE MENTAL

A atividade física é considerada uma ferramenta importante de promoção de saúde mental. Durante a pandemia, podemos afirmar que se tornou essencial. Dentre inúmeros benefícios, melhora a autoestima, reduz a ansiedade, o estresse, melhora a qualidade do sono e reduz a sensação de impotência. Ficamos mais motivados e confiantes para realizar nossas atividades diárias, mesmo que isolados e a distância.

Clair Ana Mariuza
Professora | Psicóloga CRP 07- 05678
Integrante do Grupo de Corrida do MOVE SINPRO/RS de Porto Alegre



Mexa-se no Online!

As atividades físicas online, além de efetivas, são também uma excelente forma de interação social com os demais integrantes do grupo. Porém, é importante ressaltar a importância da orientação do profissional de Educação Física. Desta forma, o Sinpro/RS, pensando em você disponibiliza uma plataforma digital repleta de dicas, videoaulas de exercícios físicos e muito mais.

A PLATAFORMA SOMOS MOVE: juntos em busca de mudanças positivas no seu estilo de vida! Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes do Sinpro/RS.

www.sinpro.org.br/saude/saude-do-professor





O Capitalismo de Vigilância

“O conceito descreve uma realidade nova no mundo contemporâneo cujas características foram esmiuçadas na perturbadora obra lançada recentemente no Brasil A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder, da professora estadunidense Shoshana Zuboff”

Foto: HBO/Divulgação



Em 2010, se descobriu que o projeto conhecido como *Street View* – recurso do *Google Maps* e do *Google Earth* que permite a visão de ruas e endereços em quase todo o mundo – estava servindo também para a captura ilegal de dados das redes particulares de Wi-Fi. Investigação conduzida por especialistas independentes demonstrou que os carros do Google haviam subtraído dados de *payload*, nomes, telefones, registros de namoros *online*, informações médicas, fotos, e-mails, URLs, senhas e muitas outras informações pessoais. O escândalo ficou conhecido como “*Spy-Fi do Google*”. A empresa, após ter negado tudo, afirmou que havia ocorrido “um erro” e a culpa recaiu sobre um dos seus engenheiros. Aos poucos, os processos abertos na Europa e nos EUA foram sendo deixados de lado e o escândalo foi esquecido. Desde então, a captura de dados pessoais se transformou no centro do “*Capitalismo de Vigilância*”. O conceito descreve uma realidade nova no mundo contemporâneo cujas características foram esmiuçadas na perturbadora obra lançada recentemente no Brasil *A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*, da professora estadunidense Shoshana Zuboff (Intrinseca, 2020, 800 p.).

Os argumentos de Zuboff solicitam uma reflexão a respeito do futuro. Temos o direito ao futuro como um lugar onde depositamos

sonhos, planos e expectativas? Ou esse tempo pode ser colonizado por objetivos comerciais ou políticos de forma que ele nos seja subtraído? O que é, afinal, a privacidade em um mundo onde tudo o que fazemos é sistematicamente incorporado em bancos de *big data* das grandes empresas da internet como Google, Amazon, Facebook (para citar apenas as três maiores)? O que restará de nossa autonomia diante do crescente processamento por algoritmos de nossos desejos, inclinações, hábitos de consumo, tendências políticas, indicadores de saúde, deslocamentos e muitas outras informações de cada indivíduo de maneira a produzir bilhões de complexos perfis que descrevem muito melhor cada pessoa do que ela mesma poderia conhecer sobre si própria e que permitem seus condicionamentos?

O mundo caminha para um futuro digital, mas a forma e o conteúdo desse futuro não são uma decorrência inevitável da tecnologia. Pelo contrário, dependem de escolhas humanas. Qualquer que seja esse futuro, ele só será legítimo se for possível defini-lo democraticamente. O que está ocorrendo, entretanto, é que, no exato momento em que adquirimos um telefone celular, em que ligamos a TV digital, em que acessamos o Google e navegamos na internet ou falamos com assistentes virtuais como a Alexa, estamos sendo saqueados imperceptivelmente, porque uma extraordinária gama de informações pessoais

é capturada sem o nosso consentimento e utilizada na construção do mais poderoso e lucrativo mercado já produzido: o mercado dos comportamentos futuros. A chamada “*Internet das coisas*”, que poderia resultar em empoderamento dos indivíduos e melhor qualidade de vida, será pouco mais que um novo terreno para a pirataria e para o controle das pessoas se a sociedade civil e o poder público seguirem ignorando o tema.

Não se trata da “*venda de informações pessoais*”, mas da venda de previsões cada vez mais exatas a respeito de como as pessoas irão se comportar diante de produtos e ideias, com base no conhecimento acumulado sobre as características pessoais, o que envolve tendências inconscientes processadas pelos algoritmos. O superávit comportamental resultado da mineração de dados (*data mining*), eufemismo utilizado para evitar o verbo do tipo penal de furto, foi descoberto pelo Google que, assim, abriu a Caixa de Pandora. Alguém poderia argumentar que os usuários têm acesso aos termos de uso das plataformas e aplicativos e que são eles que autorizam a mineração. O argumento, entretanto, não se sustenta. Primeiro, é impossível ler todas as políticas de privacidade das empresas. Zuboff cita a pesquisa *The Cost of Reading Privacy Policies*, de McDonald & Cranor (2008), a qual encontrou que uma pessoa precisaria de 76 dias de trabalho para ler documentos do tipo que lhe são apresen-

tados em um ano. Segundo, ainda que os clientes lessem e não dessem sua autorização para qualquer uso de seus dados, a mineração continuaria, porque as empresas instalam *cookies* que fazem o *garrincho* com ou sem autorização dos usuários. O botão de curtidas do Facebook, por exemplo, pode monitorar todos os usuários da internet, inclusive os que não possuem perfis ou páginas na plataforma.

O Capitalismo de Vigilância é também responsável pela maior assimetria de conhecimentos já produzida. De um lado, temos um punhado de milhares de cientistas de computação que têm acesso aos registros do mundo; na outra ponta, bilhões de pessoas cada vez mais reduzidas a consumidores de conteúdos digitais e crescentemente manipuladas em bolhas que uniformizam sentimentos, ações e expectativas.

Ao ler o trabalho de Shoshana, me lembrei de um livro de minha adolescência, *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley. Escrito no início dos anos 1930, esse romance distópico é uma crítica às tendências opressivas que ele havia identificado no stalinismo e na própria produção fordista norte-americana. No futuro totalitário da obra, as pessoas adquirem sua identidade durante o sono, por uma hipnose auditiva chamada “*hipnopédia*”, o que assegura o controle absoluto sobre as pessoas. Talvez seja disso que estamos tratando: sono e hipnose.

Instigar olhares. Trazer múltiplas e novas narrativas para uma produção vasta. Expandir a visão e democratizar conhecimento sobre uma arte múltipla, rica em detalhes e totalmente gerada em meio à natureza. É com base nessas premissas que a artista e professora de arte Cláudia Sperb comemora seus 30 anos de carreira em exposição na Galeria Ecarta, em Porto Alegre.

Natural de Novo Hamburgo, ela é uma das artistas visuais mais respeitadas do estado. Nesta exposição, intitulada *Cláudia Sperb – 30 Anos de Arte*, o público encontrará uma seleção de 35 obras em xilogravura, que destacam as diferentes fases criativas de Cláudia. A visita presencial (Av. João Pessoa, 943) ou virtual (www.ecarta.org.br) pode ser feita até o dia 23 de maio.

Todas as obras estão acompanhadas de textos expressivos sobre sua produção, assinados por personalidades de várias áreas da cena cultural brasileira, que transitam tanto no mundo das artes como da ciência: Alice Urbim, Arlete Santarosa, Armino Trevisan, Cíntia Moscovich, Edgar Mai, Gal Opido, Helena Thonnigs, Isabela Schiaffino Sperotto, Jards Macalé, Marcelo Delacroix, Maria Tomaselli, Maristela Salvatori, Rejane Zilles, Renata Rubim, Romero de Andrade Lima, Rubem Grillo, Vagner Cunha e Walter Karwatzki.

ESPAÇO CULTURAL – A Fundação Cultural e Assistencial Ecarta também comemora em 2021 seus 16 anos. Faz parte das celebrações o projeto Seleção Ecarta, que neste ano apresenta o trabalho de Cláudia Sperb. A mostra dá continuidade a uma série anual, que já apresentou nomes significativos da produção artística contemporânea no Rio Grande do Sul, como: Mário Röhnelt, em 2018; Clóvis Dariano, em 2019; e Milton Kurtz, em 2020.

► continua

Foto: Igor Sperotto

Entre flores e serpentes, Cláudia Sperb comemora três décadas de arte

Todas as estações

Ela transita com naturalidade e leveza pelas estações do ano, faça chuva ou faça sol, frio ou calor, com o soprar do vento, forte ou não, entre claros e escuros, luzes e sombras. Cláudia abre horizontes ao desenhar ou esculpir outras possibilidades para os devaneios. E sua dança vai se desenvolvendo entre tons, cores, aromas e outras formas que pulsam vida e querem liberdade.

Do povo do sertão, que resiste às travessias para sobreviver – entre desertos, espinhos e, talvez, algumas flores –, podemos chegar com suas xilogravuras ao cordel e ao Movimento Armorial da década de 1970, idealizado pelo escritor e dramaturgo Ariano Suassuna. Ações que jogaram luzes e enaltecem a cultura popular do nordeste brasileiro. É a arte ancorada em nossas raízes, misturando tudo para refletir a plenitude do andar da vida, que carrega dor e alegria, afeto e desafeto, guerra e paz. São os alicerces necessários para a sobrevivência/resistência. É o masculino, o feminino e a fecundidade. E nesse andar, a arte de Cláudia Sperb é também literatura porque ela é uma grande contadora de histórias. Histórias que se espalham pelo seu jardim – um ateliê-parque de mosaicos coloridos, xilogravuras, entre outras técnicas, em um ambiente mágico que integra arte e natureza nativa, no município de Morro Reuter/RS.

Música que brota das imagens

Sem dúvida, Cláudia Sperb faz música enquanto toca e tece a matéria bruta com que trabalha e vai transformando em gravuras, quadros e esculturas. A afirmação é do reconhecido ator, compositor e cantor Jards Macalé: “Sou músico e, para mim, Cláudia, em seu trabalho plástico, é uma grande musicista. Cada obra dela eu traduzo em som para meus olhos. Vejo/Ouçó seus materiais. Suas gravuras, quadros, esculturas me levam a um universo imerso em imagens fantásticas. Amo a imaginação de Cláudia. Ela é a cobra, cavalo e as borboletas que tanto amo”.

Mãos mágicas e a recriação da natureza

É ouvindo, observando e recriando a natureza com suas mãos mágicas, as quais enchem de cores, formas, luzes e sons os nossos caminhos, que ela descortina outros universos. É “uma artista evolucionária, na linha de Darwin”, como tão bem definiu o historiador de arte Armindo Trevisan, que diz ainda que ela consegue “despojar os seres da sua aparente agressividade, humanizando-os”, como faz com as cobras, presença marcante no seu trabalho.

As mãos fecundas de Cláudia também fazem dança ao mexer na matéria-prima. Germinam vidas, geram alimentos e atizam o nosso imaginário ao dar luz às plantas, flores e jardins que realçam o encantamento, o lúdico e a diversidade em movimento. Enaltecem a magia da biodiversidade com leveza, “mosaico a mosaico”, afirma o biólogo Edgar Mai. Para ele, sua arte parece não ter limites, permitindo uma ou todas as possibilidades: “As floreiras são sem limites e os canteiros infinitos horizontes, uma a uma, todas em conjunto, convidam o olhar a um lugar para dialogar, brincar, passear, amar, sonhar, se apaixonar e viver o Jardim Cláudia Sperb!”.

Sentido ao olhar e as histórias da avó

Ela dá um novo sentido ao nosso olhar. É interessante observar que seus mosaicos redimensionam a percepção que temos das serpentes. E aqui volto ao que diz Armindo Trevisan: “O que importa em Arte é tentar sentir o que se vê, e ver o que se sente. No caso da Cláudia Sperb, sinto o que talvez pouca gente sente: que suas cobras são belas porque não são venenosas. Uma das funções da Arte Visual é despojar os seres de sua aparente agressividade, humanizando-os, inserindo-os no imaginário dos seres racionais”.

Essa trajetória é também reconhecida pelo colega Walter Karwatzki: “Inspirada nas histórias da avó, de que ‘as flores nascem do arrotto das cobras’, Cláudia Sperb se tornou uma grande contadora de histórias. Este é o seu grande dom. Sua arte é contação”. Contação que ainda se traduz em poesia, como definiu a escritora Cíntia Moscovich: “Serpente encantada, / forma jubilosa, / que se concentra em pedaços de cor / e de tanta luz, / tanta, / na língua sinuosa / dos teus caminhos / seremos os sinais / de fim ou de início / de partida ou chegada. / Tudo lindo: / tudo é caminho”.



Foto: Igor Sperbato

Todas as obras estão acompanhadas de textos expressivos sobre sua produção, assinados por personalidades de várias áreas da cena cultural brasileira

O enigma da serpente e as flores pelo caminho

Consagrada no espaço das gravuras, Cláudia Sperb encarou muito cedo o enigma das serpentes como objeto para a sua arte. Começou a desvendá-lo pouco a pouco, aproximando-se de um universo de interesse restrito dos cientistas. Foi ainda na infância, em Novo Hamburgo, que ouviu da avó uma frase poética e não esqueceu. Ao perguntar sobre a origem das flores, ouviu dela: “Elas nascem de um arrote das cobras”. Uma resposta que aguçou sua fantasia infantil e a fez abandonar o estigma que associa a serpente à traição e ao pecado original, descrito no Gênesis.

Cláudia cresceu entre flores e serpentes. Ao instalar seu ateliê em um dos cumes dos mais elevados do Rio Grande do Sul, já se inspirava nas curvas e peles das serpentes para gravar suas primeiras xilogravuras. Criadas a partir de quebras de azulejo, suas serpentes sugerem um novo sentido ao olhar, especialmente pelos padrões coloridos que modificam a relação das pessoas com os bichos. No seu caso, os peçonhentos. Seus mosaicos coloridos lembram as criações do arquiteto espanhol Antoni Gaudí. Sem dúvida, Cláudia Sperb faz parte daquele grupo de artistas que são impulsionados por uma força interior de construção de um mundo melhor. Um mundo mais diverso e criativo, com menos preconceito, de paz e sonhos, que transborda pelo seu pequeno bosque, nas paredes das construções e nos caminhos e jardins que compõem o ambiente em meio à sombra das árvores.

EXPOSIÇÃO PERMANENTE – Para usufruir das sensações provocadas pela arte de Cláudia Sperb, além da visita à exposição na Fundação Ecarta, também podem ser agendadas visitas ao Jardim de Cláudia – Caminho das Serpentes (em Morro Reuter, Via RS 873, Km 2), em um espaço totalmente integrado à natureza, aberto aos sábados, domingos e feriados, das 11h às 18h, com agendamento pelo telefone 51 998114432. No local, há uma pequena loja com algumas obras de arte, camisetas, vestidos, livros exclusivos, etc. No local, também é possível ficar hospedado em um dos pequenos quartos de casal, simples, mas acolhedores.



Fotos: Igor Sperotto



Foi ainda na infância, em Novo Hamburgo, que ouviu da avó uma frase poética e não esqueceu. Ao perguntar sobre a origem das flores, ouviu dela: “Elas nascem de um arrote das cobras”

Sobre a artista

Cláudia Sperb nasceu em Novo Hamburgo. Formada em Artes Plásticas pela Feevale-RS, fez várias especializações em artes visuais e história da arte no Brasil e no exterior. Hoje vive no seu ateliê-parque de mosaicos, no Caminho das Serpentes Encantadas, no município de Morro Reuter. Seus mosaicos coloridos, xilogravuras e outras técnicas são fruto de pesquisas. Já realizou exposições individuais e coletivas, no Brasil e no exterior, com o tema das serpentes e as múltiplas texturas criadas para peles imaginárias de serpentes, na técnica de xilogravura.

Cursou cerâmica em Valência/Espanha, realizou viagens de estudos à Índia, desde quando passou a se dedicar à gravura, especial-

mente a xilogravura. Residiu e trabalhou em São Paulo/SP e já expôs em diversos museus no país. Tem obras espalhadas pelo mundo e participou de exposições coletivas na Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, China, Cuba, Japão, Egito, Estados Unidos, França, Polônia e Portugal. Suas obras estão também em acervos públicos e privados no Egito, Argentina (Buenos Aires), Índia (Calcutá) e Polônia (Biala). Entre as premiações que recebeu, destacam-se o Prêmio Açorianos de Artes Plásticas do RS – Destaque Gravura/ 2006; Prêmio Exposição, 16º Salão de Artes Plásticas da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS; Prêmio Aquisição – Salão de Arte Pará/ 2004.



FRAGA

Comorbidade e companhia

Conforme as épocas e as situações, nosso vocabulário enriquece ou empobrece. No caso da pandemia, adoeceu bastante: quantas palavras adoentadas e doentias se incorporaram à linguagem cotidiana, né mesmo? Uma até se incorporou aos corpos, onde já coabitava mas muito tímida não ousava dizer seu nome. O povo a chamava de problemas; o médico, todo íntimo da criatura, a trata como Comorbidade.

Na verdade, ninguém nem precisava chamar: ela vem sozinha. Ou vem das burrices que cometemos com o organismo durante a vida ou já vem na herança genética. Que é, ninguém ignora, é aquilo que nossos antepassados, não tendo outra coisa valiosa para legar aos descendentes, deposita lá no dna familiar. Assim, enviado pelo sedex dos embriões às novas gerações, se perpetuam os males e defeitos congênitos. Heranças que ninguém tá livre.

De um jeito ou doutro, a Comorbidade chega e se instala no saudável playground corporal que no início todos parecemos ter. Às vezes ela se comporta como hóspede temporário numa das muitas dependências dessa pensão ou hotel anatômico. Noutras, desde logo, assume residência fixa, cep definitivo. Seja como e onde for, a gente não liga muito porque parece que a Comorbidade é apenas ela e só ela.

Nada disso: a Comorbidade é um ímã de doenças, ela atrai, reúne e cria um convívio coletivo de diferentes problemaços de saúde. Nem notamos, mas lá no nosso interior se cria uma verdadeira associação de males e doenças. Que tem atividades sociais pelos sistemas e órgãos, como piqueniques onde células são manjares, bailes com tumores, passeios por isquemias e mialgias, até chegar à montanha-russa dos estertores.

Por essa capacidade de agregar infortúnios no organismo e desgraceiras na fisiologia, a Comorbidade se acha a tal: anfitriã das insuficiências e deficiências, organizadora dos sintomas, uma gerente do sofrimento. Ela sabe tudo dos diagnósticos e prontuários, comanda as alterações físicas e estabelece com precisão a cronologia da decadência de cada um.

Além disso, é mestre em dosar o açucareiro nas veias, glóbulos brancos na leucemia, cabelos na alopecia, tremores no Parkinson e lembranças no Alzheimer. Tudo sem usar disfarces, insidiosa que é.

E agora, com a covid, a Comorbidade foi promovida: é fator de prioridade pra vacinação. Modesta, diz que nada mais é que sua colaboração involuntária para salvar vidas. Como se sabe, a Comorbidade é prima não muito distante da Morbidez, que adora a pulsão de morte e tem repulsa pelos impulsos vitais.

Parodiando o poeta português: a vida vale a pena, mesmo que a Comorbidade não seja pequena.



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

A agenda completa
em ecarta.org.br
e 51. 4009.2971

SHOWS VIRTUAIS

Transmitidos pelo Youtube | 18h

8/5 – Giovanni Berti e Gelson Oliveira em *Um raro encontro musical*.



Foto: Reprodução

22/5 – Carolinne Caramão em *Pontos, Rezas e Milongas*



Foto: Ane Franke

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca

Até 23/5 – Cláudia Sperb 30 anos

A mostra conta com 35 obras em xilogravura de diferentes fases da carreira da artista e tem a colaboração textual de expressivos nomes da cena artística e convidados especiais: Alice Urbin, Arlete Santarosa, Armindo Trevisan, Cíntia Moscovich, Edgar Mai, Gal Opido, Helena Thonnigs, Isabela Schiaffino Sperotto, Jards Macalé, Marcelo Delacroix, Maria Tomaselli, Maristela Salvatori, Rejane Zilles, Renata Rubim, Romero de Andrade Lima, Rubem Grillo, Vagner Cunha e Walter Karwatzki.

Visitação: De terça a sexta-feira, das 10h às 18h, com a aplicação de todos os protocolos de segurança, estabelecidos pelos órgãos competentes.

LIVE

17/5, 19h – Lançamento da série de lives *Precisamos falar de Mercado de Arte*, sob coordenação de André Venzon. Na pauta, como funcionam o mercado e vendas de arte.

CULTURA DOADORA

12/5, 19h30 – *Da doação de órgão ao transplante*

Live com a médica Larissa Krasburg, do Hospital Tacchini de Bento Gonçalves, Carolina Camilo, integrante de família doadora, Diego Valente, transplantado de coração, e Rochelle Benites, que aguarda em lista pelo transplante de pulmões.

Local: Transmissão ao vivo pelas redes sociais da Fundação Ecarta.

CONVERSA DE PROFESSOR

12/5, 19h – *Encontro das crianças da educação infantil com a natureza*, com a pedagoga Luciane Varisco Focesi.

Local: Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.



VERISSIMO

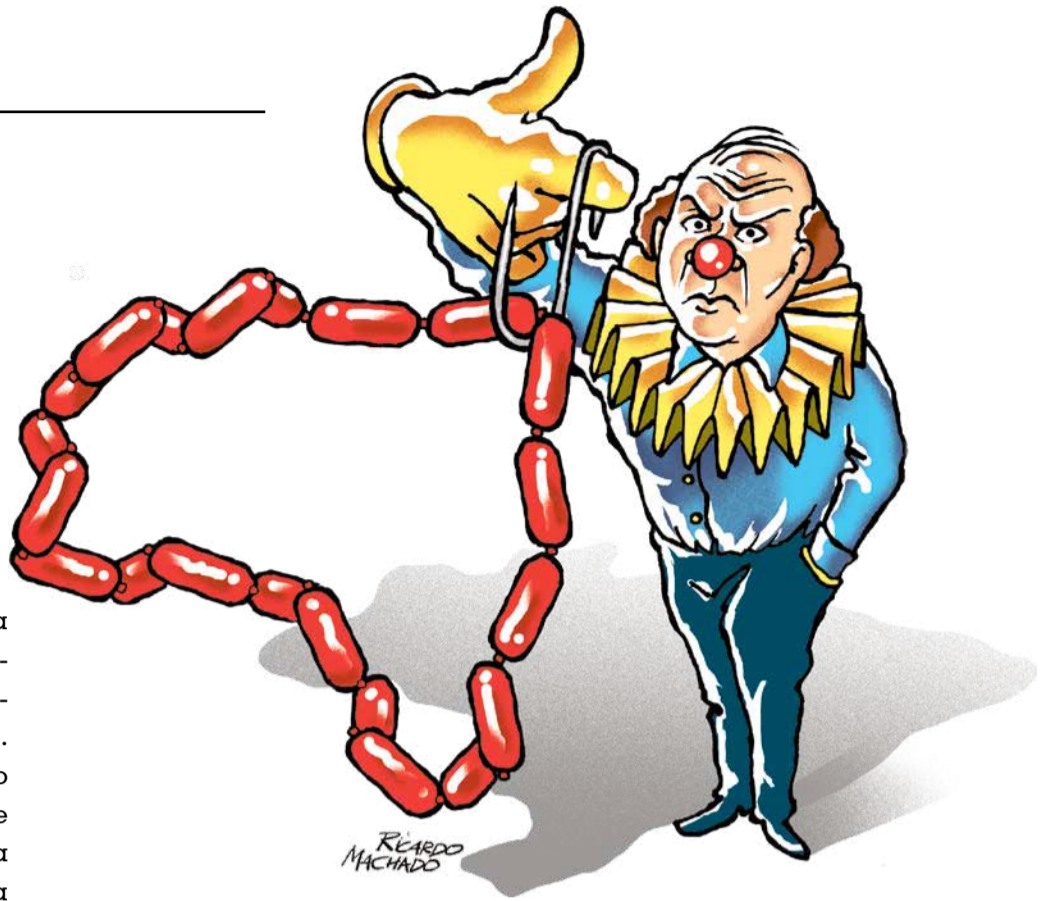
Linguiça

Para o Brasil ser um circo, só faltam os palhaços.

Somos nós

Minha avó Ema usava uma expressão que nunca chegamos a decifrar exatamente, embora seu sentido fosse claro: "Pendura na linguiça". Uma notícia sem importância, uma informação absolutamente inútil, uma fofoca irredimível? Pendura na linguiça. De onde a vó Ema tirara a linguiça, de que lembrança de um remoto passado rural ela trouxera a frase pronta, ninguém sabia — acho que nem ela. Mas a frase foi adotada pela família. O destino do que era falso ou irrelevante era ser pendurado numa linguiça, na companhia presumível de tudo o que tradicionalmente enche as linguiças.

Grande parte do discurso público ouvido no Brasil não merece outra coisa além de ser pendurado na linguiça. Não se trata de fake news fabricada especificamente para confundir, ou da retórica vazia do discurso político, facilmente caricaturável, nem do folclore instantâneo do mal explicado dinheiro entre as nádegas. Trata-se do discurso oficial, ou pseudo-oficial, do governo, da língua com a qual o poder se comunica e se desnuda, e expõe sua mediocridade. A língua de um governo de generais de fatiota, comandados por um capitão e seus filhos, e dividido em facções que não se entendem só pode ser a língua do caos disfarçado. Pior do que isso é quando o próprio capitão parece ter um gosto pelo caos.



Para um dos seus musicais de sucesso na Broadway, o compositor americano Stephen Sondheim escreveu uma canção em que uma veterana atriz lamenta que sua vida acabou como um circo vazio, sem público, sem brilho, sem amor, sem nada. E ela canta "Que entrem os palhaços", pois só faltam palhaços para que o cenário da sua tristeza volte a ser um circo. O mesmo melancólico fim nos espera num Brasil que cada vez mais se parece com um circo falido. Para ser um circo, só faltam os palhaços. Onde estão os palhaços? Não é preciso procurá-los. Os palhaços somos nós.

Republicação - Texto de setembro de 2020

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



Você é o nosso melhor argumento para a sindicalização

Você, que já é sócio do Sinpro/RS, conhece os benefícios de ter um Sindicato com a estrutura necessária para fazer a defesa dos interesses das professoras e dos professores. Para seguirmos em frente, precisamos ampliar ainda mais o número de associados. Identifique na sua instituição de ensino colegas que ainda não são sócios e faça o convite. Afinal, eles também usam os direitos que estão nas Convenções e nos Acordos Coletivos negociados pelo Sindicato. E o melhor para todos é fortalecermos esta luta juntos.

Vamos premiar a sua participação!

Basta que os colegas que você convidou indiquem o seu nome como "Sindicalizador" no preenchimento da Ficha de Sindicalização, que está disponível em www.sinprors.org.br/sindicalizacao.



5 novos sócios,
você ganha uma
PASTA DE COURO



8 novos sócios,
você ganha um
SMARTPHONE



12 novos sócios,
você ganha um
NOTEBOOK

Fotos meramente ilustrativas
Consulte regulamento da premiação em www.sinprors.org.br

SINPRO/RS

**VOCÊ
USA,
VOCÊ
PRECISA**

SINDICALIZE-SE!